



CONJUNTURA COSTA VERDE

Relatório Executivo – Ano 2 – 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE ANGRA DOS REIS

CONJUNTURA COSTA VERDE

RELATÓRIO EXECUTIVO

ANO 2

Dezembro de 2017

Angra dos Reis-RJ

Realização

Universidade Federal Fluminense

Instituto de Educação de Angra dos Reis

Departamento de Geografia e Políticas Públicas

Equipe:

Pesquisadores:

André Rodrigues

Carlos Marclei

Fabiano Monteiro

Juan Cabria

Leandro Santos

Marcos Góis

Soraia Vieira (coordenadora)

Estudantes e bolsistas:

Ana Caroline Siqueira (Bolsista PIBINOVA)

Cícero Alves Jr. (Bolsista PROAES)

Fernanda Sallami

Hugo Rafael Rufino Vilela

Laila Coelho Lima

Vitória Felix

Sumário

Lista de Figuras	4
Lista de Tabelas.....	5
O Projeto Conjuntura Costa Verde	6
Objetivos	6
Metodologia	7
A Região da Costa Verde Fluminense	8
Conjuntura Econômica	10
Indicadores Fiscais.....	16
Receitas	16
Despesas	20
Balço de despesas e receitas	24
Conjuntura Social	27
IDHM	27
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do PNUD.....	28
Educação	29
Saúde	30
Assistência Social	33
Habitação e Mobilidade da População.....	36
Situação geográfica e urbanização	36
Habitação e infraestrutura	40
Mobilidade da população	43
Prevenção da Violência.....	48
Indicadores de criminalidade violenta	50
Dados abordados na pesquisa e recursos metodológicos	51
Tendências observadas	54
Meio Ambiente e Resíduos Sólidos.....	55
Referências.....	62

Lista de Figuras

Figura 1: Urbanização da região da Costa Verde Fluminense	8
Figura 2: PIB dos municípios da Costa Verde (2003-2012).....	11
Figura 3: Pessoal ocupado assalariado na Costa Verde (2006-2014).....	12
Figura 4: Estruturas industriais na região da Costa Verde	13
Figura 5: Variação dos postos de trabalho em Angra dos Reis (2005-2017)	14
Figura 6: Variação dos postos de trabalho em Paraty (2005-2017)	15
Figura 7: Variação dos postos de trabalho em Mangaratiba (2005-2017).....	15
Figura 8: Receitas anuais – Angra dos Reis (2010-2016)	17
Figura 9: Receitas anuais – Mangaratiba (2010-2016)	17
Figura 10: Receitas anuais – Paraty (2010-2016)	18
Figura 11: Transferências vs Tributos – Angra dos Reis (2010-2016).....	19
Figura 12: Transferências vs Tributos – Mangaratiba (2010-2016).....	19
Figura 13: Transferências vs Tributos – Paraty (2010-2016).....	20
Figura 14: Despesas – Angra dos Reis (2010-2016).....	21
Figura 15: Despesas – Mangaratiba (2010-2016)	21
Figura 16: Despesas – Paraty (2010-2016).....	22
Figura 17: Porcentagem da despesa com pessoal sobre o total do orçamento	23
Figura 18: Principais despesas do município por função (2016)	23
Figura 19: Principais despesas <i>per capita</i> do município por função (2016)	24
Figura 20: Balanço de despesas e receitas – Angra dos Reis (2010-2016)	25
Figura 21: Balanço de despesas e receitas – Mangaratiba (2010-2016).....	25
Figura 22: Balanço de despesas e receitas – Paraty (2010-2016)	26
Figura 23: IDHM Costa Verde.....	28
Figura 24: Ideb Rede Municipal.....	29
Figura 25: Crescimento vegetativo na Costa Verde.....	37
Figura 26: Densidade demográfica dos distritos municipais	38
Figura 27: Crescimento populacional comparado	39
Figura 28: Esgotamento sanitário nos municípios.....	41
Figura 29: Aglomerados subnormais em Angra dos Reis e Mangaratiba.....	42
Figura 30: Frota de veículos da Costa Verde Fluminense.....	44
Figura 31: Trabalho e deslocamento nos municípios da região	45
Figura 32: Tempo de deslocamento da população	46
Figura 33: Transporte marítimo na região da Costa Verde	47
Figura 34: Taxa média de óbitos e homicídios por AF/100Mil.....	50
Figura 35: Homicídios dolosos (2006-2016) – números absolutos	51
Figura 36: Tentativas de homicídio (2006-2016) – números absolutos.....	52
Figura 37: Apreensões de drogas (2006-2016) – números absolutos	52
Figura 38: Apreensões de adolescentes (2006-2016) – números absolutos	53
Figura 39: Lesões corporais dolosas e ameaças (2006-2016) – números absolutos	53
Figura 40: Localização das áreas de estudo na cidade de Angra dos Reis.....	56
Figura 41: Localização dos pontos de análise ao longo da Praia Grande	57
Figura 42: Localização dos pontos de análise ao longo da Biscaia.....	57
Figura 43: Localização dos pontos de análise ao longo da Praia Grande	58
Figura 44: Localização dos pontos de análise ao longo da Biscaia.....	59

Lista de Tabelas

Tabela 1: Dinâmica populacional da região da Costa Verde entre 1940 e 2010	10
Tabela 2: Rank em relação aos outros municípios do Rio de Janeiro	28
Tabela 3: Estabelecimentos por tipo e município	30
Tabela 4: Leitos hospitalares nos municípios da Costa Verde	31
Tabela 5: Leitos por habitante em cada município	32
Tabela 6: Recursos humanos na área de saúde	32
Tabela 7: Médicos por habitante em cada município	33
Tabela 8: Principais características do sistema de assistência social do município	34
Tabela 9: Problemas encontrados pelo TCE-RJ nas unidades	35
Tabela 10: Total de domicílios por município (2010)	40
Tabela 11: Características do entorno dos domicílios	42
Tabela 12: Ranking nacional de mortes por AF	50

O Projeto Conjuntura Costa Verde

Criado no início de 2016, o projeto Conjuntura Costa Verde é uma iniciativa de professores do Instituto de Educação de Angra dos Reis, da Universidade Federal Fluminense, que busca oferecer à comunidade um retrato das condições econômicas e sociais dos municípios que compõem a Região da Costa Verde, de modo a permitir a compreensão da realidade local.

Seus resultados, sob a forma de um amplo diagnóstico, permitirão auxiliar e fundamentar as decisões do poder público e contribuir para o debate com a sociedade civil organizada, tendo como finalidade promover a melhoria da qualidade de vida e o pleno desenvolvimento dos municípios.

À proporção que o diálogo e discussões com a comunidade e poder públicos avancem, novas variáveis serão analisadas e incorporadas ao diagnóstico sobre problemas e potencialidades da região. O desenvolvimento *tout court* é um processo e cuja dimensão ultrapassa a economia. Por essa razão, propomos o levantamento de dados econômicos e sociais e a participação popular da comunidade no debate.

Projeto similar tem sido desenvolvido em outras universidades e municípios brasileiros, o que demonstra a relevância do contato entre os diferentes agentes envolvidos no debate sobre as políticas públicas e o desenvolvimento regional. A proposta Conjuntura Costa Verde segue os mesmos passos dessas iniciativas e vem ao encontro das necessidades dos municípios, que demandam suporte na elaboração de políticas públicas.

Objetivos

O projeto Conjuntura Costa Verde tem como objetivo apresentar, de maneira sistematizada, os dados sociais e econômicos dos Municípios da Costa Verde aos segmentos sociais que necessitam de informações agrupadas e sistematizadas para compreender, analisar e tomar decisões. Com isso, o projeto de extensão vai aproximar os resultados das pesquisas realizadas no âmbito do Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR), da Universidade Federal Fluminense (UFF), da comunidade local e regional.

O projeto disponibilizará um conjunto de informações quantitativas e análises qualitativas (saneamento, dinâmica econômica, mercado de trabalho, transportes, habitação, educação, turismo e segurança pública, principalmente) aos poderes públicos municipais e à comunidade em geral, de tal sorte a tanto facilitar a

participação popular qualificada, quanto apoiar a formulação das políticas públicas necessárias ao desenvolvimento econômico e social dos municípios que compõem o recorte espacial deste projeto.

Conforme o estudo Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), os municípios brasileiros encontram dificuldades na elaboração de políticas públicas. Tais dificuldades são o resultado, entre outras coisas, da falta de estudos sistematizados e propositivos, muito em decorrência da ausência de corpo técnico. O objetivo subjacente ao projeto de extensão é realizar, de um lado, um diagnóstico dos principais indicadores dos municípios da Costa Verde e, de outro lado, apoiar na proposição de políticas de gestão e planejamento a partir do conhecimento produzido no âmbito deste projeto. Esperamos ainda, com essa iniciativa, fomentar a participação popular da comunidade nas discussões, a fim de alargar a pauta de preocupações com as demandas provenientes da sociedade civil (organizada ou não).

Metodologia

Ao longo do processo de desenvolvimento do projeto Conjuntura Costa Verde, foram realizadas, em diversos momentos, a organização dos dados prioritários por setores. Parte dos dados está sendo coletado a partir de instituições locais e estaduais, localizadas nos municípios da Costa Verde e outra parte em bancos de dados, como o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Fundação Ceperj, como a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), a Base de dados dos Programas de Transferência de Renda (Indicadores de Pobreza e Indigência), o Tesouro Nacional, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), a Relação Anual das Informações Sociais (RAIS), entre outros.

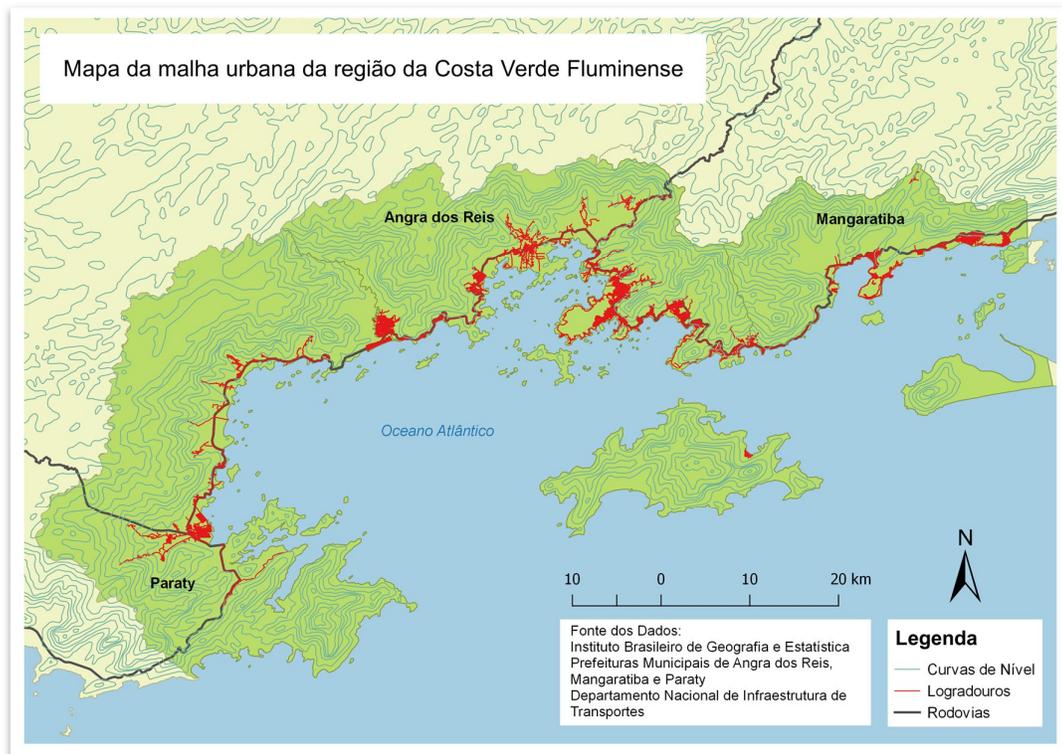
A organização e a sistematização dos dados têm sido acompanhadas rigorosamente pelos pesquisadores que compõem o projeto a partir do trabalho desempenhado por estudantes e técnicos do IEAR-UFF. Em um primeiro momento foram coletados e analisados os dados básicos sobre as áreas de educação, saúde, gestão pública, economia, segurança pública, trabalho, habitação e mobilidade. Esta etapa consistiu na sistematização dos dados sob a forma de tabelas, gráficos e cartogramas.

Os resultados preliminares foram primeiramente discutidos dentro do âmbito acadêmico do IEAR-UFF e, posteriormente, apresentados à comunidade local por meio de um *workshop* realizado no município de Angra dos Reis. Nesta oportunidade foi possível estabelecer um canal de diálogo com a comunidade e o poder público para debater problemas e potencialidades da Região da Costa Verde. Foi esta também uma oportunidade para apresentar o projeto e seus resultados iniciais aos professores, técnicos administrativos e alunos do IEAR-UFF. A partir deste primeiro contato foi possível rever as temáticas selecionadas e incorporar novas problemáticas ao relatório executivo. Parte deste levantamento pode ser observado nas páginas que seguem a este relatório.

A Região da Costa Verde Fluminense

A Região da Costa Verde, situada no extremo sul do Estado do Rio de Janeiro, assim como muitos municípios brasileiros, necessita de informações agrupadas e sistematizadas que permitam estabelecer um retrato de suas dinâmicas econômicas e sociais. As principais atividades econômicas da região são, respectivamente, o turismo – vinculado às belezas naturais, particularmente na Ilha Grande, e ao patrimônio arquitetônico e cultural em Paraty -, a indústria naval e, em menor importância, agricultura, que é desenvolvida principalmente por povos tradicionais.

Figura 1: Urbanização da região da Costa Verde Fluminense



Vale ressaltar que a Região da Costa Verde está situada numa posição geográfica favorável, entre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e a baixada santista,

áreas interligadas por meio da BR-101. A presença de fixos e amenidades naturais atraíram importantes empreendimentos para a região, entre os quais podem ser mencionados: Terminal de Angra dos Reis (TEBIG), sob controle da Petrobrás, que atua como entreposto (importação e cabotagem) para atender refinarias da empresa; Central Nuclear de Angra dos Reis, subsidiária da Eletronuclear; Estaleiro Brasfels; universidades públicas e privadas, entre as quais a UFF.

Conjuntura Econômica

A Região da Costa Verde, segundo censo do IBGE de 2010, possui 243.500 pessoas, sendo 223.099 (91,6%) urbanas e 20.401 (8,4%) rurais. Angra dos Reis tem 169.511 habitantes, dos quais 163.290 (96,3%) vivem na cidade e 6.211 (3,4%) no espaço rural. Paraty conta com 37.533 habitantes, dos quais 27.689 (73,8%) são urbanos e 9.844 (26,2%) rurais. Mangaratiba conta com 36.456 pessoas, sendo 32.120 (88,1%) urbanas e 4.336 (11,9%) rurais (tabela 01). Pelos dados, Angra dos Reis possuiu elevadíssimo grau de urbanização e Paraty exibe mais de ¼ da população vivendo no espaço rural.

Tabela 1: Dinâmica populacional da região da Costa Verde entre 1940 e 2010

Município	Situação do domicílio	Ano							
		1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Angra dos Reis (RJ)	Total	18583	20929	28536	40276	57869	85571	119247	169511
	Urbana	6783	7052	17368	19134	29102	78445	114300	163290
	Rural	11800	13877	11168	21142	28767	7126	4947	6221
Mangaratiba (RJ)	Total	7980	10767	12495	12338	13841	17925	24901	36456
	Urbana	2414	3642	7608	6161	8096	13394	19860	32120
	Rural	5566	7125	4887	6177	5745	4531	5041	4336
Paraty (RJ)	Total	9673	9360	12023	15934	20626	23928	29544	37533
	Urbana	1554	1856	7325	4174	8816	11465	14066	27689
	Rural	8119	7504	4698	11760	11810	12463	15478	9844

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

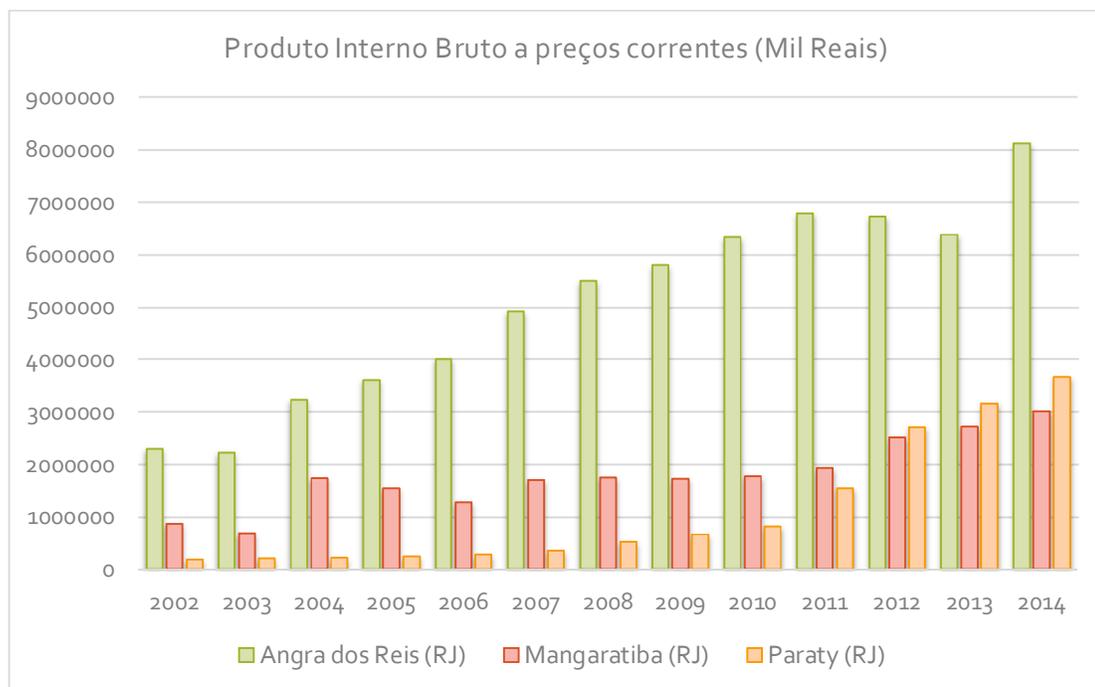
A partir dos dados demográficos podemos notar que durante o período Angra dos Reis cresceu quase 10 vezes em termos de população e que Mangaratiba e Paraty cresceram num ritmo mais lento. Todos se urbanizaram a partir dos anos 1950, o que reflete o padrão encontrado, tanto no país, quanto na América Latina.

As maiores taxas de expansão de Angra ocorreram entre 1950 e 1980, com taxas decenais de 40%. Nos anos 1990 e 2000, foram superiores a 20%. Paraty também cresceu fortemente entre 1950 e 1980, com taxas decenais de 30%. Mangaratiba exibiu forte expansão nos anos 1940, 1980, finais de 1990 e anos 2010. Sem dúvida, um crescimento acelerado que causou impactos regionais e desdobramentos para a atuação dos governos locais.

O processo de ocupação da região ocorreu no século XVI, com a fixação da população ao longo do litoral. No século XVIII, a descoberta e exploração de ouro em Minas Gerais dinamizou a região, que se tornou importante escoadouro dessa riqueza. O declínio da exploração aurífera teve poucos impactos negativos na dinâmica regional por conta de seu papel de escoadouro de café e chegada de escravos para a produção cafeeira no Médio Vale do Paraíba. A partir de 1850, com a crise do café e sua expansão para o interior paulista, o fim do tráfico de escravos e a interligação ferroviária entre os Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, a região perdeu dinamismo, momento de expansão do cultivo da banana e da pesca.

A partir de meados do século XX, a região passou a receber grandes projetos que impactaram na organização do espaço regional. Dados do PIB de 2013 indicam que o valor adicionado bruto total da região atingiu R\$ 11,1 bilhões, sendo o setor de comércio e serviços responsável por 51% (R\$ 5,7 bilhões), seguido pela indústria (32% ou R\$ 3,5 bilhões), pela administração pública (17% ou R\$ 1,9 bilhão) e agropecuária (1% ou R\$ 68 milhões).

Figura 2: PIB dos municípios da Costa Verde (2003-2012)



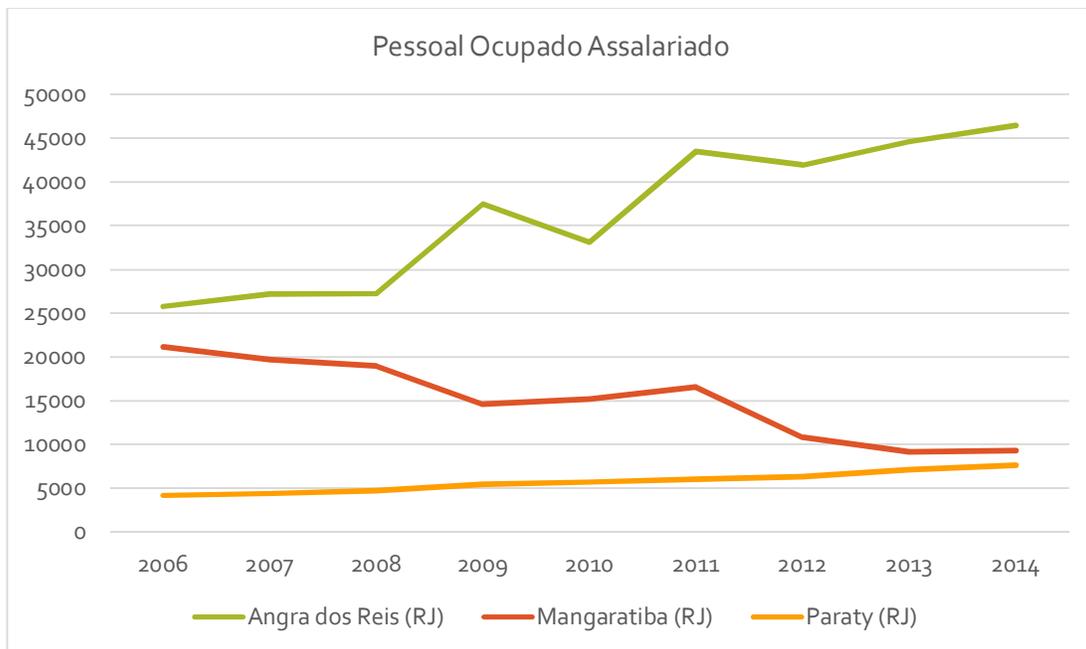
Fonte: IBGE, 2016.

O PIB de Angra dos Reis foi o que mais cresceu no período, no bojo da retomada dos grandes projetos industriais do setor energético e naval, marcados por uma demanda intensa por trabalhadores. A organização do espaço regional, sobretudo de Angra dos Reis e de Paraty, é explicada pelas atividades comerciais, de serviços e industriais. Mangaratiba exhibe uma dinâmica econômica fortemente atrelada ao comércio e

serviços, que respondem por 77% do valor adicionado. Nos últimos anos, a indústria aumentou seu peso na economia de Paraty e a importância do comércio e dos serviços nas economias de Angra e Mangaratiba cresceu. Mangaratiba depende, fortemente, das atividades de serviços. Em todos os municípios, a importância da agropecuária é irrisória.

Entre 2008 e 2009, cresce abruptamente o mercado de trabalho em Angra dos Reis, enquanto que os valores caem para Mangaratiba, mantendo somente a média nos dados para o segmento de serviços. Paraty exibe uma dinâmica de crescimento gradual dos postos de trabalho formal. O mercado de trabalho formal cresce rapidamente em Angra entre 2006 e 2014.

Figura 3: Pessoal ocupado assalariado na Costa Verde (2006-2014)



Fonte: IBGE, 2016.

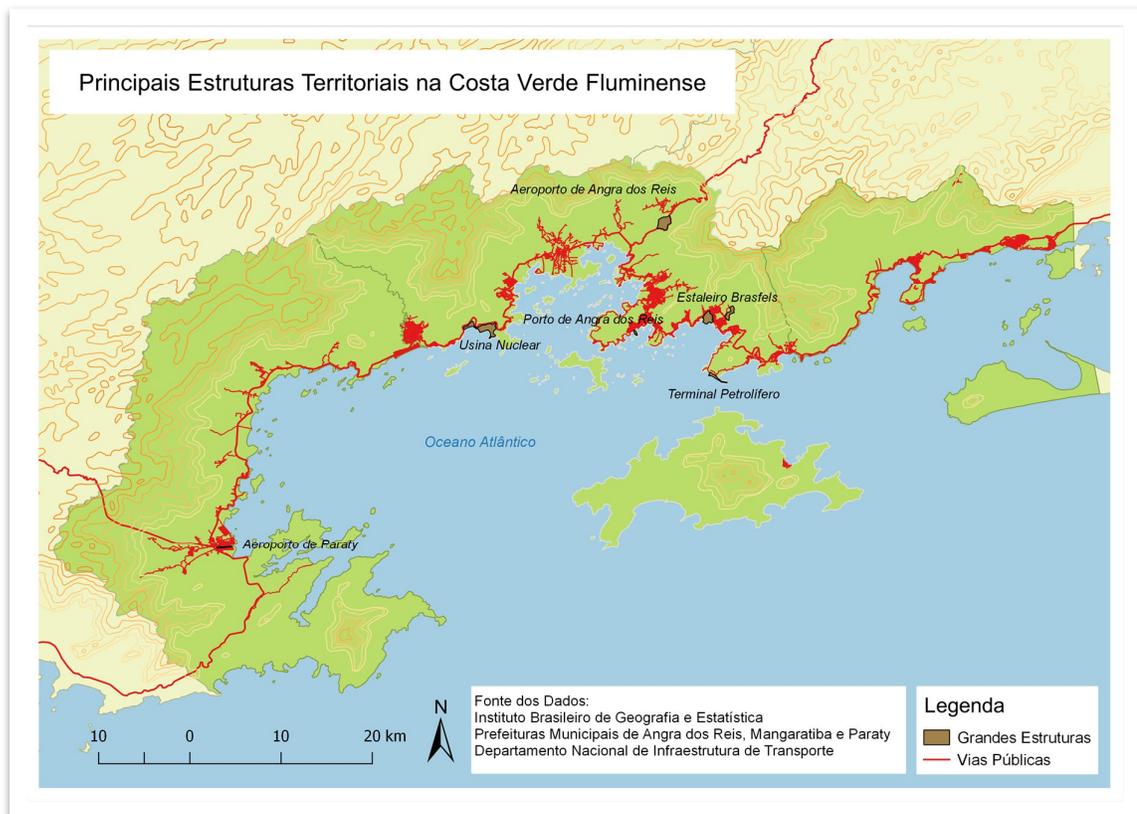
Comércio e alojamento e alimentação respondem por grande parte do emprego formal em Paraty. Mangaratiba está estruturada em torno da economia de serviços. Comércio e indústria de transformação, seguidos por construção, alojamento e alimentação e atividades imobiliárias, são as principais atividades empregadoras em Angra.

Até os anos 1940, a população regional se manteve estável, com maior importância do espaço rural, onde prevaleciam a caça, a pesca e o extrativismo vegetal (banana, por exemplo). A Região da Costa Verde conheceu um processo intenso de crescimento populacional e urbanização entre finais dos anos 1950 e 1980, no bojo das transformações econômicas, sociais e políticas por que o país passou nesse período.

Com a chegada de grandes projetos, relacionados à indústria naval, à energia e petróleo, a região passou por profundas transformações. A partir dos anos 1990, por conta da maior integração e acesso à região, permaneceu a tendência de expansão populacional de décadas anteriores, sobretudo por conta da ampliação da atividade relacionada à construção e imobiliária e à expansão do turismo (natural e histórico).

Atualmente, a dinâmica econômica e regional é explicada, em grande parte, pelas atividades relacionadas ao serviço e comércio e à indústria. De fato, a agricultura tem pouca representatividade, restringindo-se à produção de banana e cana-de-açúcar. Mangaratiba é um dos maiores produtores de banana do Estado do Rio de Janeiro e, em Parati, a produção de cana-de-açúcar está relacionada à produção de cachaça artesanal, destinada à comercialização e amplamente divulgada no Festival da Pinga, evento realizado na baixa temporada e voltado à atração de turistas.

Figura 4: Estruturas industriais na região da Costa Verde



Apesar do pequeno número de municípios, internamente a Região da Costa Verde apresenta diferenças notáveis. Primeiro, do ponto de vista da população, o índice de urbanização é alto, mas Parati possui em torno de 25% da população no espaço rural.

Segundo, quanto às atividades econômicas, comércio e serviços e indústria respondem por mais de 80% da dinâmica econômica e regional, sobretudo nos

municípios de Angra dos Reis e Paraty. Mangaratiba, no entanto, exibe uma dinâmica vinculada fortemente ao segmento de comércio e serviços, que representam mais de 2/3 do valor adicionado bruto.

Dados do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTE), para o ano de 2015, mostram o impacto da crise econômica em Angra dos Reis e Mangaratiba, que perderam postos de trabalho formais, respectivamente, de 4.531 e 55. Apenas Paraty gerou exibiu saldo positivo, com 109. Em Angra dos Reis, o maior número de demissões ocorreu na construção (2.815) e na indústria de transformação (1.973).

Quanto à estrutura do emprego, em Angra dos Reis predominam comércio, reparação de veículos e objetos pessoais, com 8.064 pessoas empregadas, indústria da transformação, com 7.680 pessoas, alojamento e alimentação, com 4.219 pessoas, e construção, com 3.337 pessoas. Em Paraty, os empregos estão concentrados nos serviços, com 4.151, no comércio, com 1865, e na indústria, com 161. Mangaratiba tem a maior parte dos empregos concentrado nos serviços, com 3.320 pessoas, comércio, com 870 pessoas, construção civil, com 349 pessoas. Paraty e Mangaratiba têm estrutura de emprego especializada, enquanto Angra dos Reis é mais diversificada.

Figura 5: Variação dos postos de trabalho em Angra dos Reis (2005-2017)

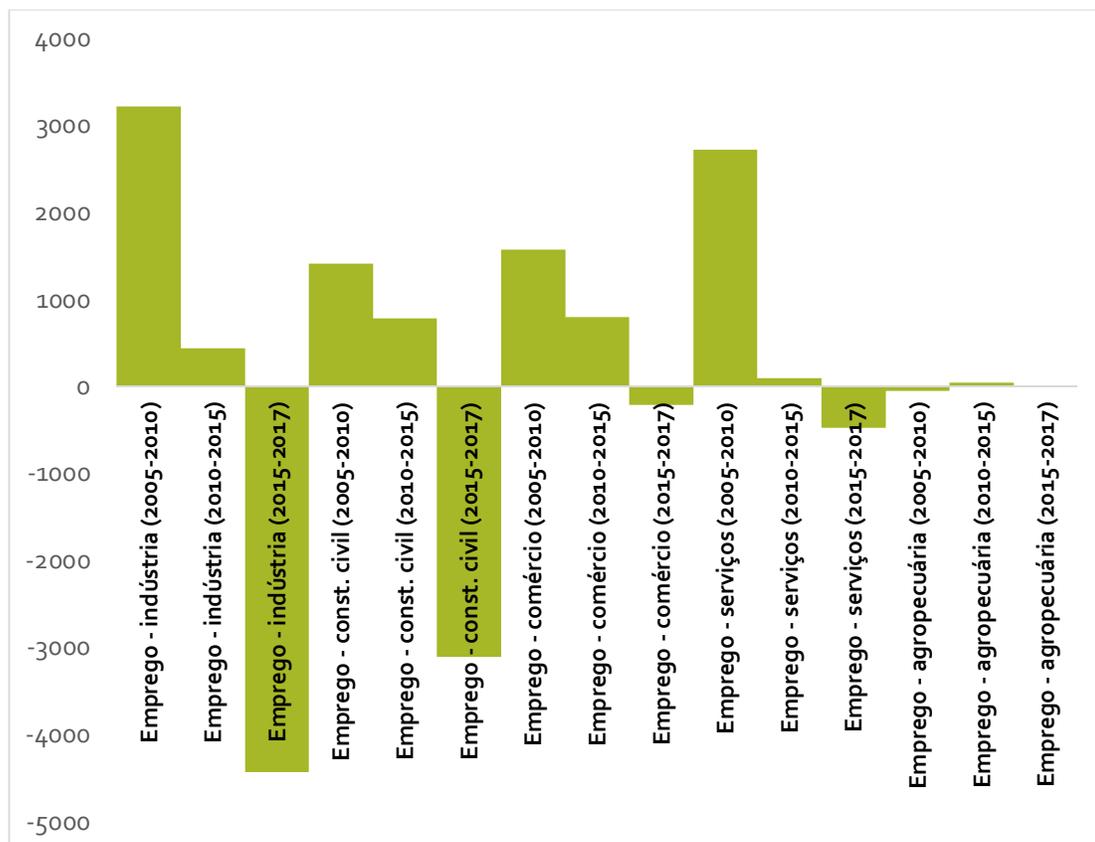


Figura 6: Variação dos postos de trabalho em Paraty (2005-2017)

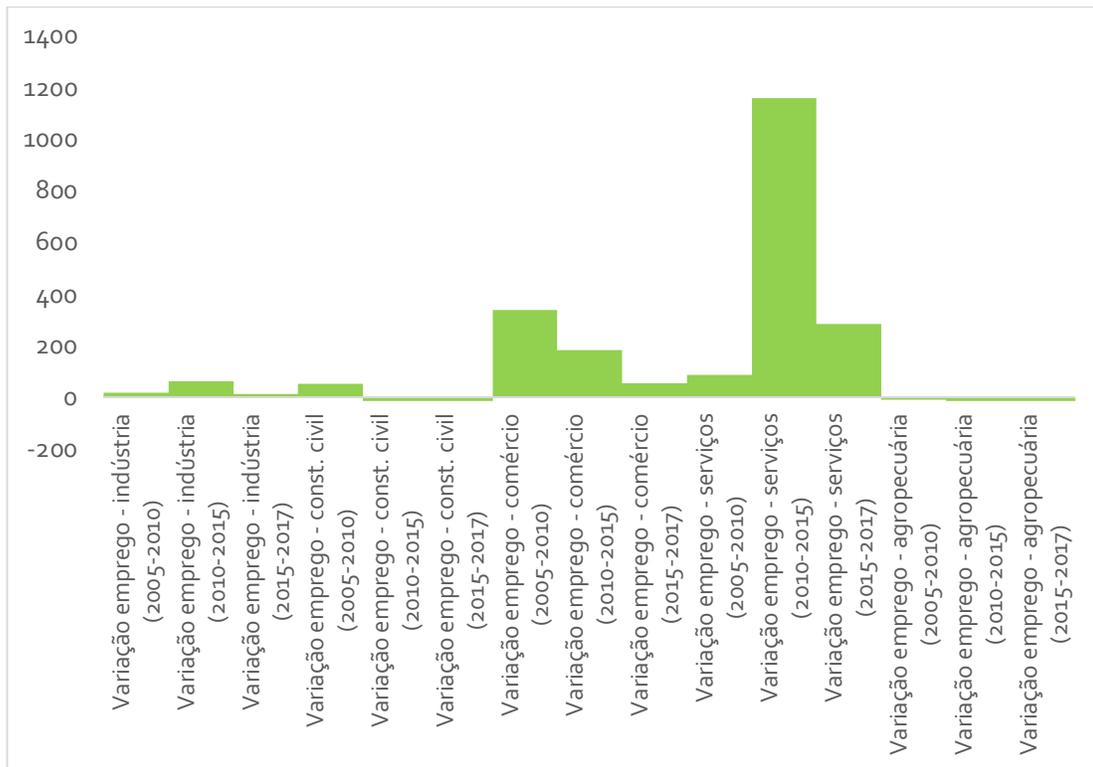
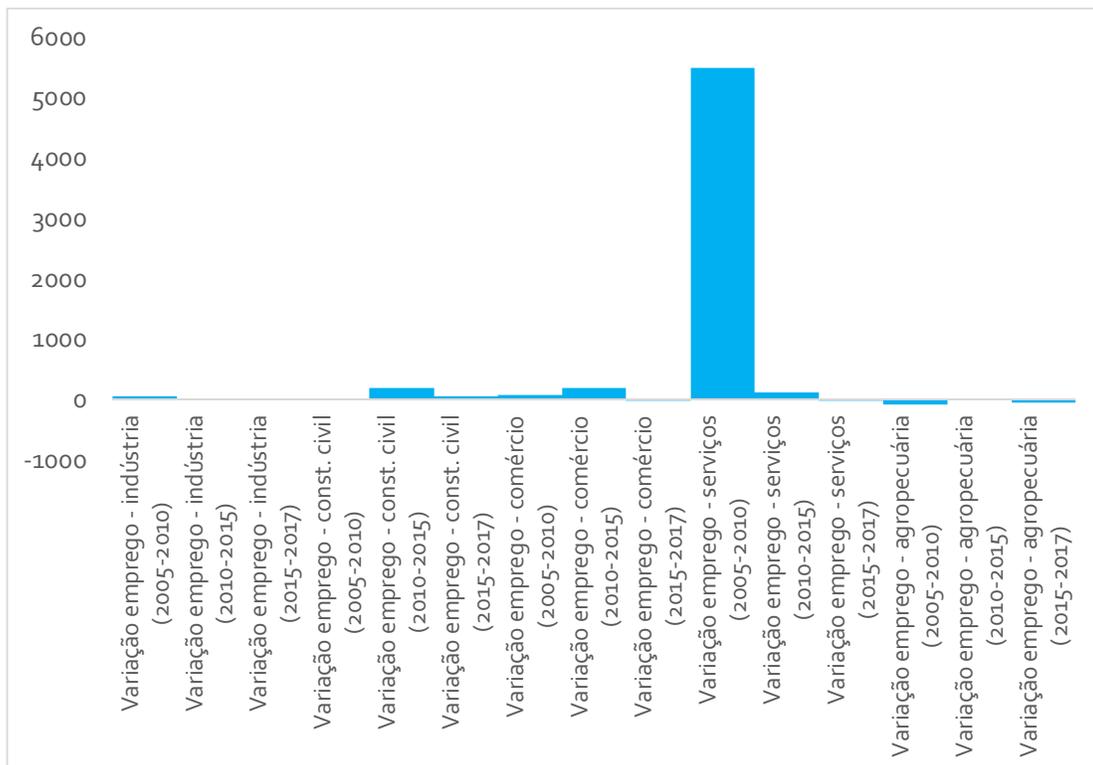


Figura 7: Variação dos postos de trabalho em Mangaratiba (2005-2017)



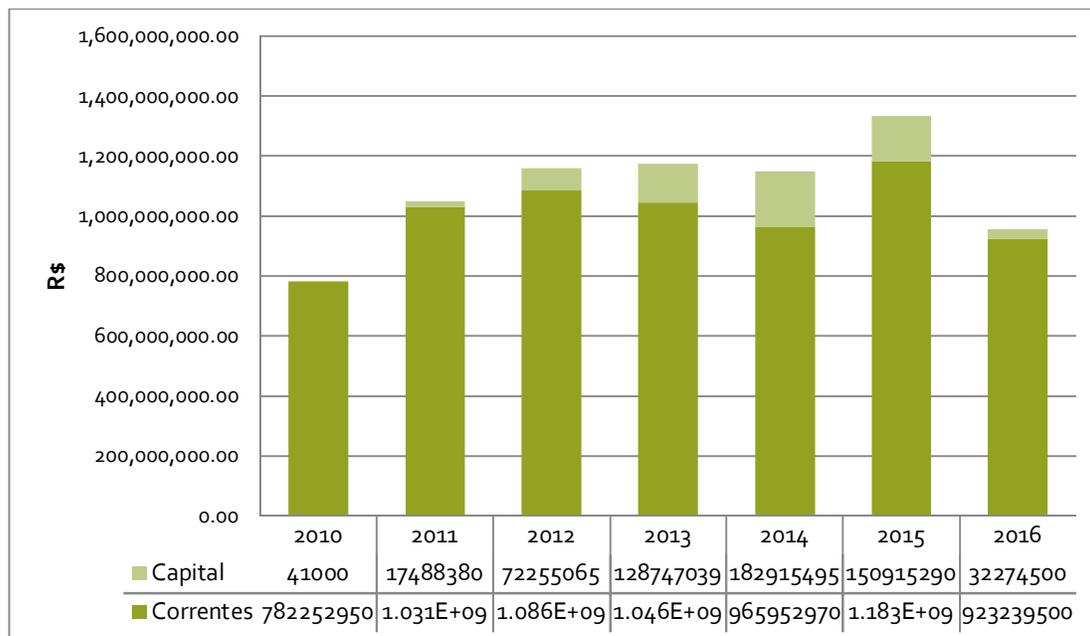
Indicadores Fiscais

O orçamento público é uma das ferramentas mais importantes que as Administrações Públicas têm para a sua gestão, e poderia se dizer que é a mola mestra para a elaboração e execução de qualquer política pública. Entendendo que no federalismo fiscal brasileiro, grande parte das decisões de despesa e de arrecadação estão descentralizadas nos municípios, torna-se essencial o seu conhecimento para compreender o que estas entidades federativas são realmente capazes de fazer para garantir a execução dos serviços públicos que são da sua competência. Para subsidiar no conhecimento desta realidade na região da Costa Verde se procederá à análise das receitas, das despesas, e o balanço entre ambas, em Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty. Os dados são todos obtidos dos relatórios anuais enviados pelos municípios ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Os valores colocados estão todos ajustados com a inflação acumulada no período.

Receitas

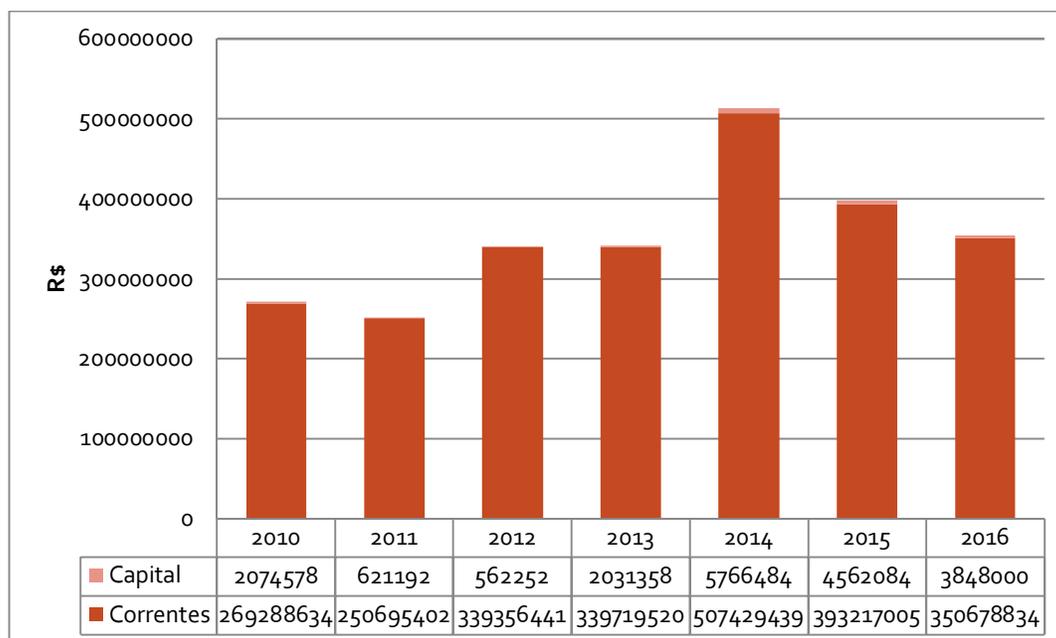
Começando pelas receitas, e dividindo estas de acordo com a sua classificação econômica entre receitas correntes, ou seja aquelas que provêm principalmente de tributos e contribuições e outras rendas próprias do município, e receitas de capital, que provêm principalmente de operações financeiras ou de recursos recebidos de outras administrações para investimentos, cabe distinguir pautas diferenciadas nos municípios da Costa Verde. Como é lógico, e atendendo ao maior porte do município, Angra dos Reis situa-se na dianteira em total de receitas, em termos quantitativos, seguida de Paraty e Mangaratiba. Podemos também observar, principalmente, se focamos exclusivamente nas receitas correntes, como os efeitos da crise econômica podem ser sentidos na queda de arrecadação a partir do ano de 2015 que, por exemplo, deixaria a Angra, em 2016, em patamares similares aos do ano de 2011, Mangaratiba, em 2016, em patamares similares aos do ano de 2012, e, de forma mais dramática, a Paraty em níveis ainda inferiores aos do ano de 2010. Se formos a analisar as receitas de capital, cabe mencionar que, como veremos mais na frente, estas apenas advêm do endividamento, correspondendo às transferências que os outros entes federativos, seja estado ou a União, ou qualquer outra pessoa de direito público ou privado através de convenio, tem feito para investimentos nos distintos municípios. Entre estas destacam as receitas recebidas por Paraty nos anos de 2014 e 2015, e também, de forma mais regular no tempo por Angra nos anos de 2012 a 2015. Mangaratiba, quase não se destaca neste ponto.

Figura 8: Receitas anuais – Angra dos Reis (2010-2016)



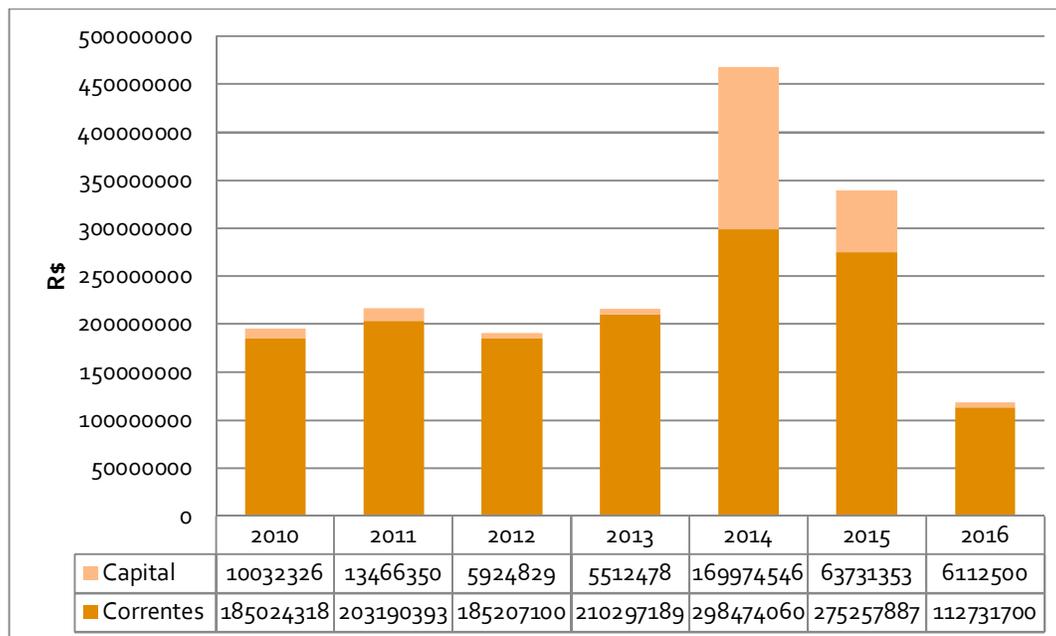
Fonte: TCE/RJ

Figura 9: Receitas anuais – Mangaratiba (2010-2016)



Fonte: TCE/RJ

Figura 10: Receitas anuais – Paraty (2010-2016)

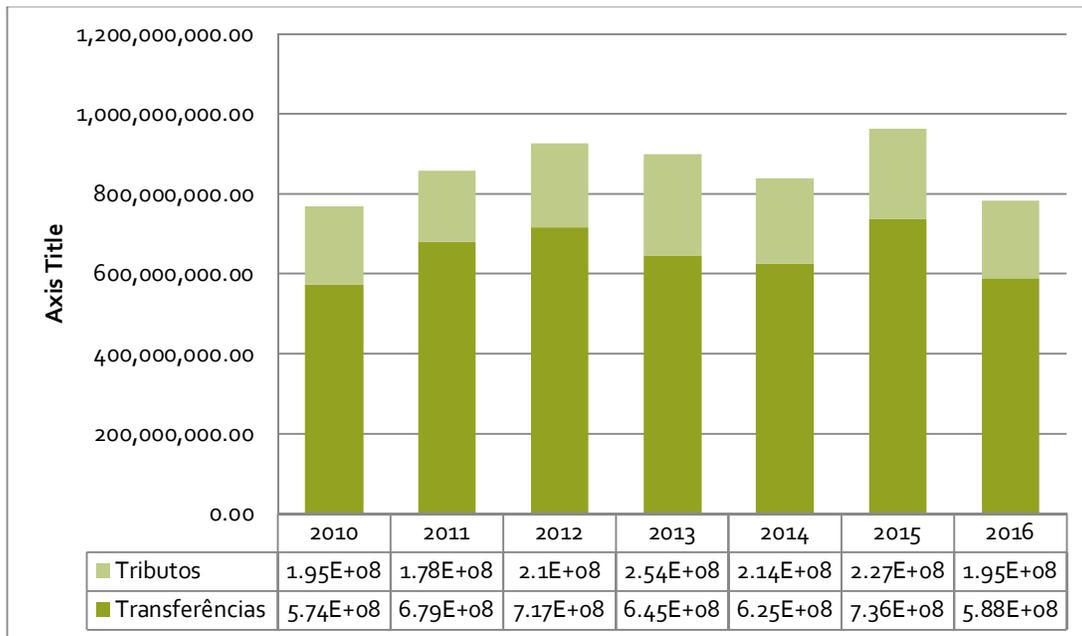


Fonte: TCE/RJ

Considerando, então, que a principal e mais continua fonte dos recursos dos municípios da Costa Verde provêm das receitas correntes, cabe mencionar que dentro desta categoria os dois principais quesitos são os tributos arrecadados pelo próprio município e as transferências feitas pela União e o estado, para dar conta dos gastos correntes dos principais serviços públicos –Saúde, Educação e Assistência Social-. Dado que as transferências intergovernamentais estão estritamente estabelecidas em função das regras que regem o SUS, SUAS e o FUNDEF, e, portanto, são quase constantes, cabe colocar o foco na capacidade de arrecadação de cada município, que será o que determina as variações no nível de recursos orçamentários para cada ano.

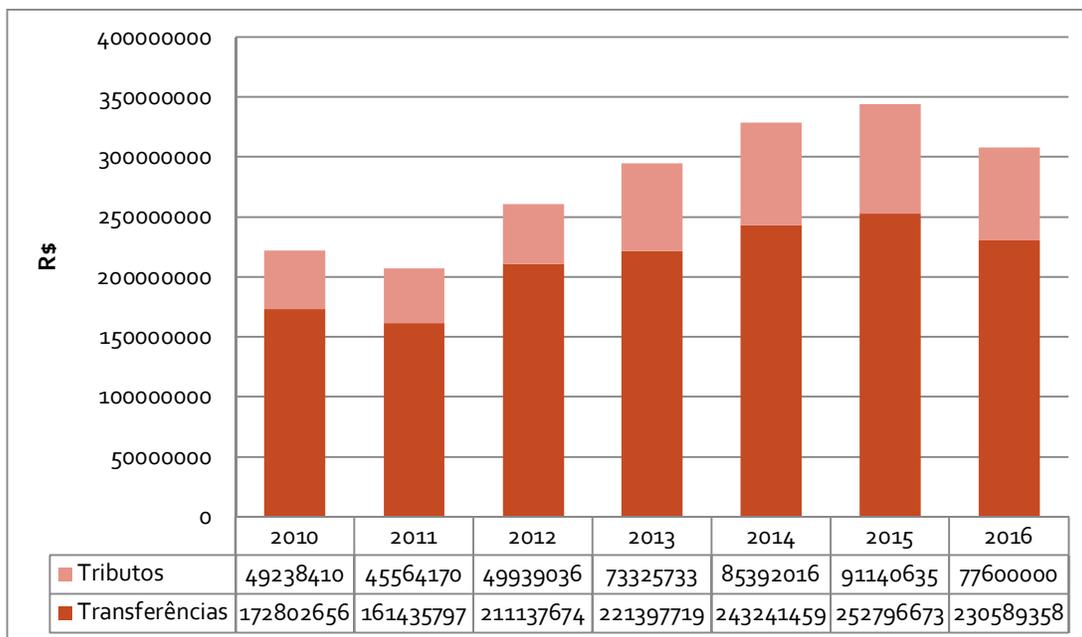
Cabe mencionar, em primeiro lugar, que comparando a proporção receitas tributárias/transferências, Mangaratiba, mas principalmente Angra dos Reis, tem uma capacidade bem maior do que Paraty de arrecadar tributos, ficando menos dependentes das transferências intergovernamentais. Em segundo lugar, podemos observar, novamente, como a queda das receitas tributárias se faz presente a partir da crise econômica desencadeada em 2014, sendo particularmente grave no caso de Paraty, que retrocede em 2016 a patamares anteriores a 2010, e de forma menos acentuada em Mangaratiba, que usando esse mesmo ano como referência retrocede a patamares anteriores a 2013. Também usando 2016 como referência, podemos observar como Angra, num ponto intermédio, retrocede na sua arrecadação tributária a patamares de 2010.

Figura 11: Transferências vs Tributos – Angra dos Reis (2010-2016)



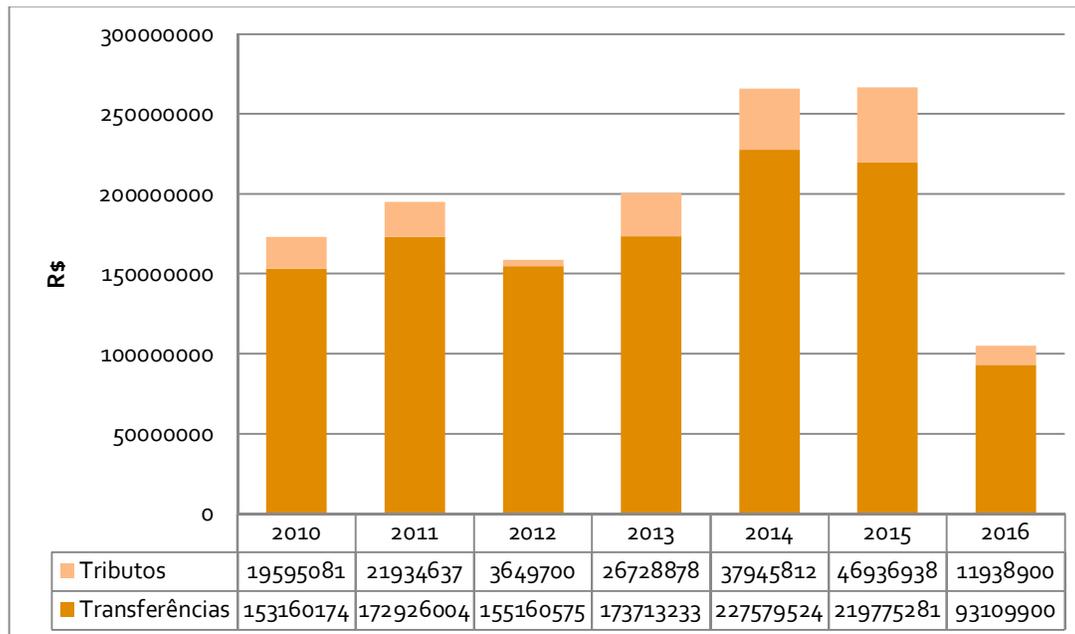
Fonte: TCE/RJ

Figura 12: Transferências vs Tributos – Mangaratiba (2010-2016)



Fonte: TCE/RJ

Figura 13: Transferências vs Tributos – Paraty (2010-2016)



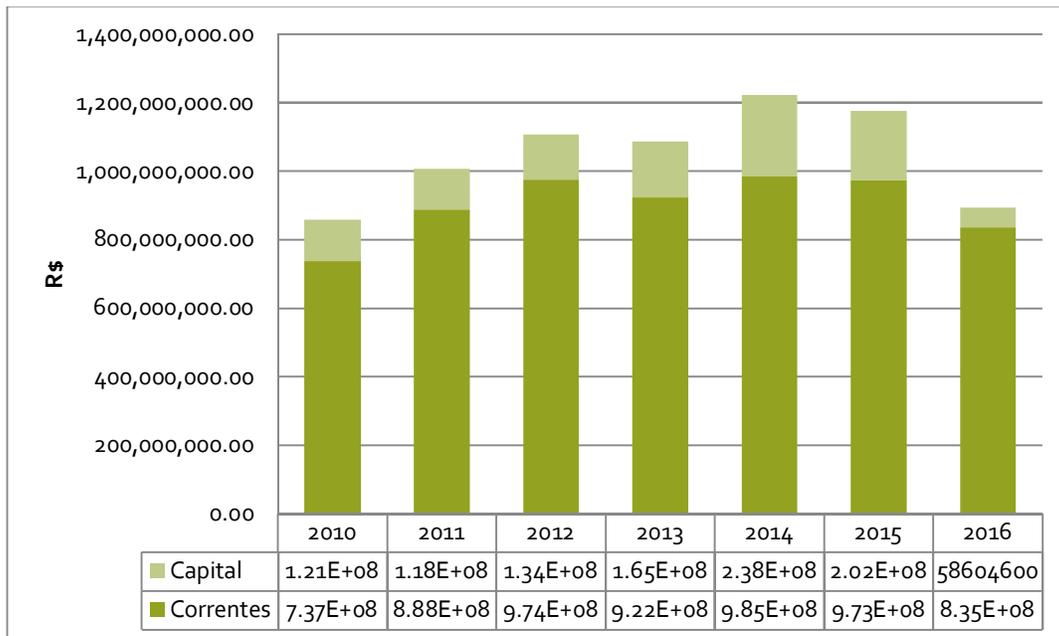
Fonte: TCE/RJ

Despesas

Continuando pelas despesas, e atendendo, novamente, à sua classificação econômica, estas estão divididas entre despesas correntes, ou seja, gastos para a manutenção dos serviços públicos e as distintas entidades que os garantem, e despesas de capital, ou seja, aquelas que contribuem para a aquisição de bens de capital, concessão de empréstimos e amortização de dívidas. Em outras palavras as primeiras seriam as dedicadas a manter a “máquina pública” funcionando e as segundas seriam as relativas, principalmente, a executar novos investimentos, como a construção de novas instalações públicas.

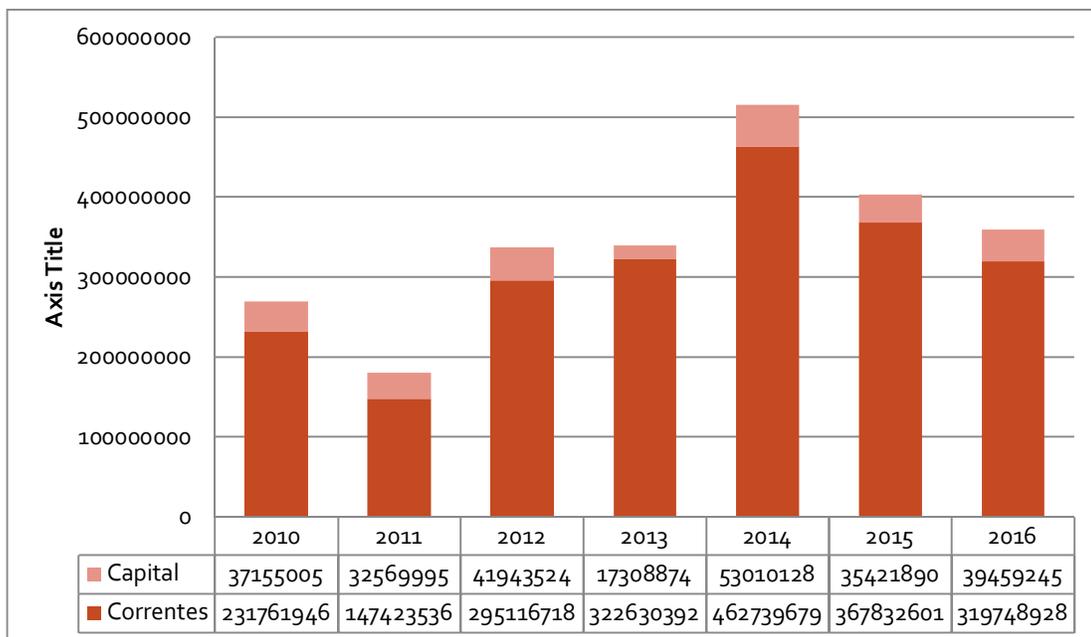
Podemos observar que as despesas correntes crescem em todos os municípios da Costa Verde até 2014, de forma mais continuada em Angra, e de forma mais abrupta em Mangaratiba e Paraty. A partir desse ano, deixam-se notar, também, os efeitos da crise econômica que obrigará aos distintos municípios a estabelecer programas de ajuste, cortando até gastos com servidores públicos. Enquanto às despesas de capital, os três municípios apresentam fortes investimentos no ano de 2014, quantitativamente superior em Angra e, proporcionalmente, de grande relevância em Paraty. A partir desse ano, os investimentos também experimentarão quedas, bastante acentuadas em Angra dos Reis no ano de 2016.

Figura 14: Despesas – Angra dos Reis (2010-2016)



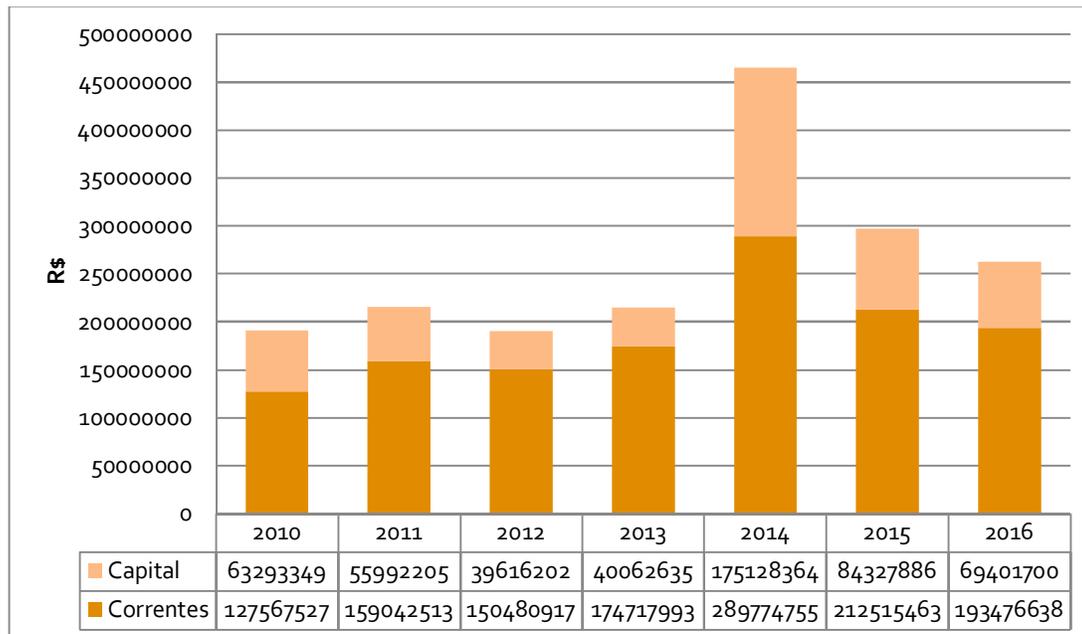
Fonte: TCE/RJ

Figura 15: Despesas – Mangaratiba (2010-2016)



Fonte: TCE/RJ

Figura 16: Despesas – Paraty (2010-2016)

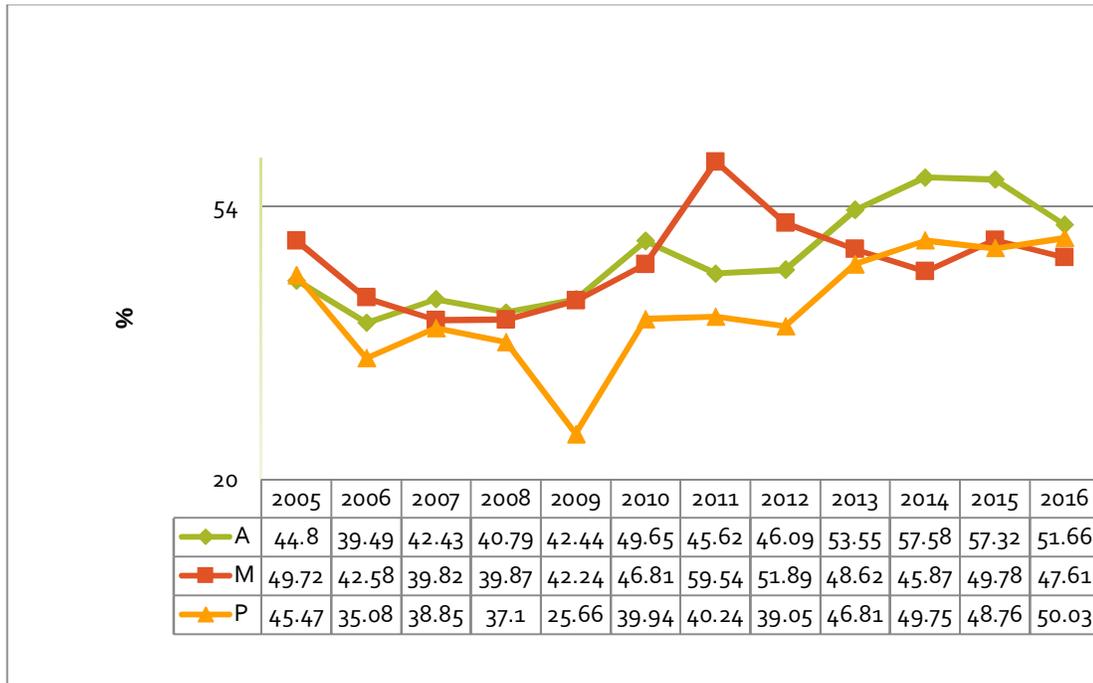


Fonte: TCE/RJ

Uma forma bastante reveladora de analisar as despesas públicas é olhando para a porcentagem delas dedicadas ao pagamento dos seus servidores públicos, pois o que poderá ser destinado a fornecer os serviços públicos depende do que sobra das folhas salariais, determinando assim a eficiência com que os serviços são prestados. A Lei de Responsabilidade fiscal estabelece um teto máximo do 54% do orçamento comprometido com este item, o que tem sido descumprido na série histórica aqui apresentada por Mangaratiba em 2011, e por Angra dos Reis em 2014 e 2015. Paraty, por sua vez, tem mostrado sempre valores inferiores a este teto.

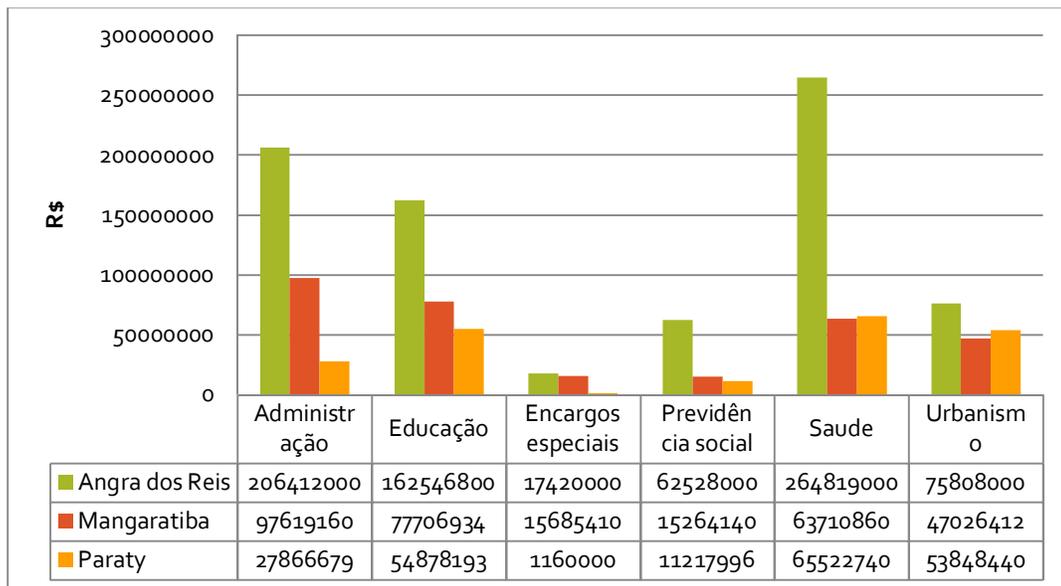
Se formos analisar as despesas por função em 2016, e estabelecendo as cinco, nas quais as prefeituras dedicam maiores recursos (administração, educação, encargos especiais, previdência social, saúde e urbanismo), observamos que, evidentemente Angra dos Reis tem em termos totais o maior volume. Mais correto, porém, é analisar cada uma destas funções em termos *per capita* para poder estabelecer uma comparação real. Desta forma, podemos ver como em termos reais Mangaratiba é o município que mais investe em educação, sendo que nessa primeira função chega até a investir o dobro que Angra. Paraty, por sua vez, é o município que mais dinheiro dedica à saúde por habitante, destacando também na função de previdência social.

Figura 17: Porcentagem da despesa com pessoal sobre o total do orçamento

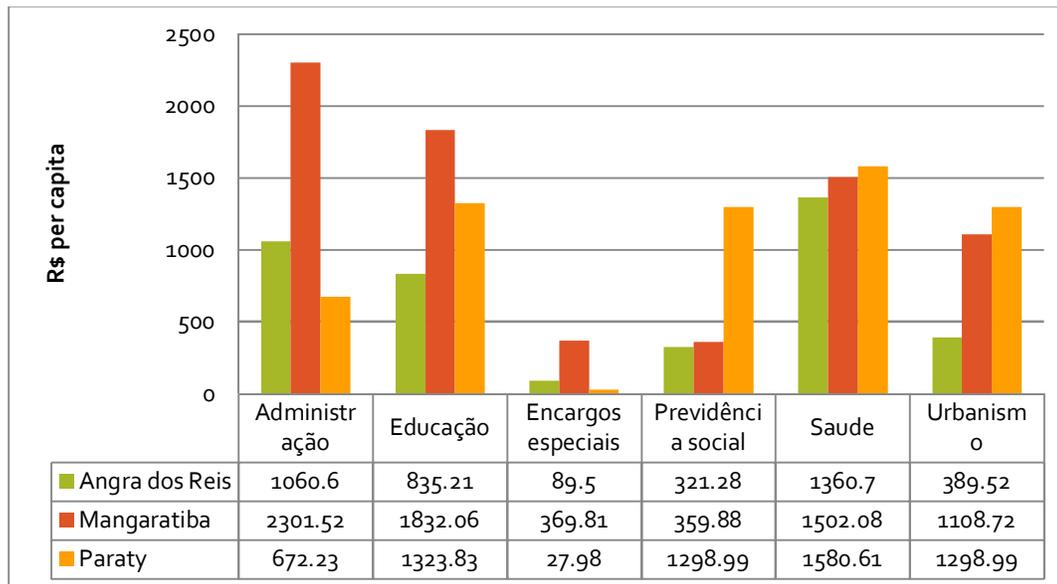


Fonte: TCE/RJ

Figura 18: Principais despesas do município por função (2016)



Fonte: TCE/RJ

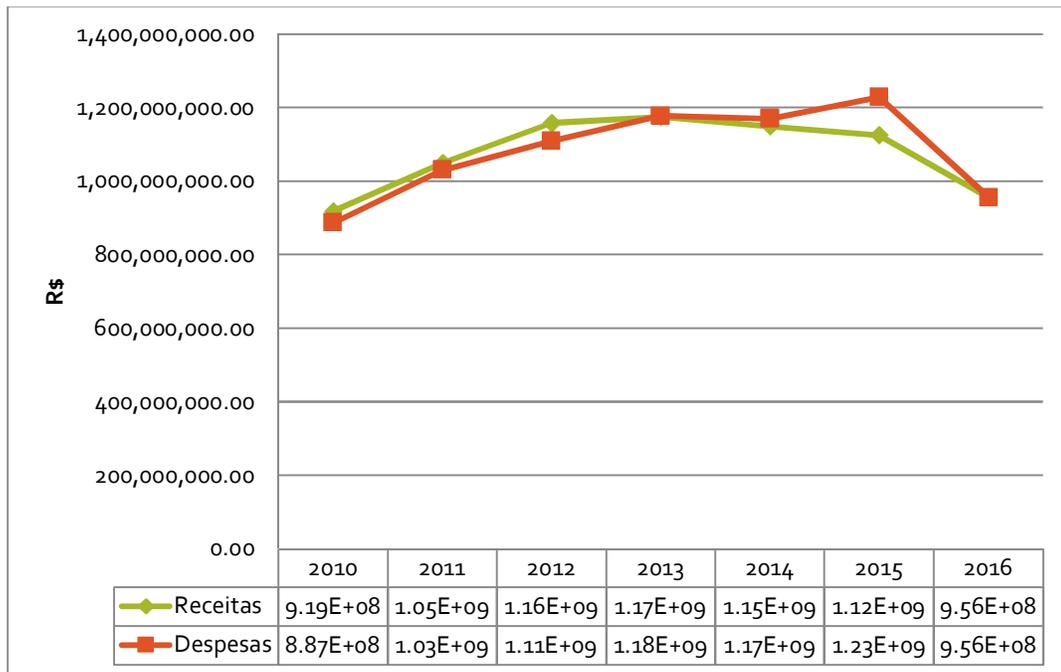
Figura 19: Principais despesas *per capita* do município por função (2016)

Fonte: TCE/RJ

Balanço de despesas e receitas

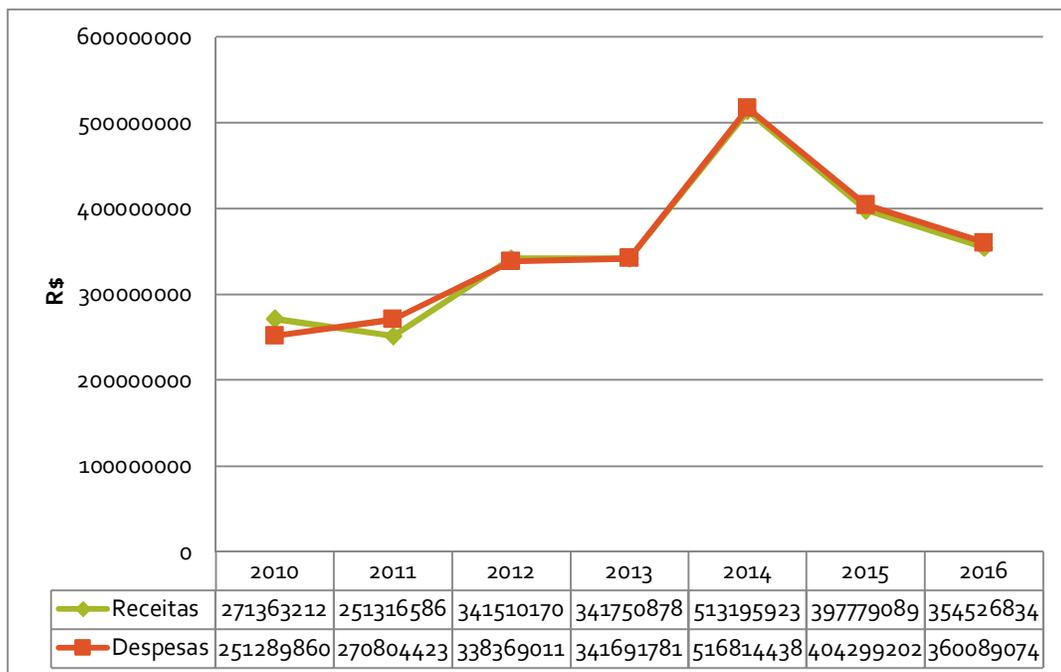
A terceira e última dimensão a ser analisada é o balanço de despesas e receitas, que será a que determine a saúde das contas públicas e a existência ou não de déficit público. Os três municípios tiveram um comportamento fiscal responsável até 2014, perto do déficit zero e com superávits mais acentuados em Angra dos Reis. A partir desta data, Angra tem déficits nos exercícios de 2014 e 2015, devidos à queda das receitas, mas, também, há um aumento significativo nas despesas, que deverá ser corrigido com um forte ajuste fiscal no ano de 2016. Mangaratiba, por sua vez, não tem sofrido episódios de déficit posteriormente à crise, apresentando, simplesmente, uma redução de despesas a redução de receitas. Por último, Paraty tem tentado manter o superávit em seu orçamento usando uma estratégia similar à de Mangaratiba, mas a queda abrupta de arrecadação em 2016 tem provocado um intenso déficit nesse exercício fiscal.

Figura 20: Balanço de despesas e receitas – Angra dos Reis (2010-2016)



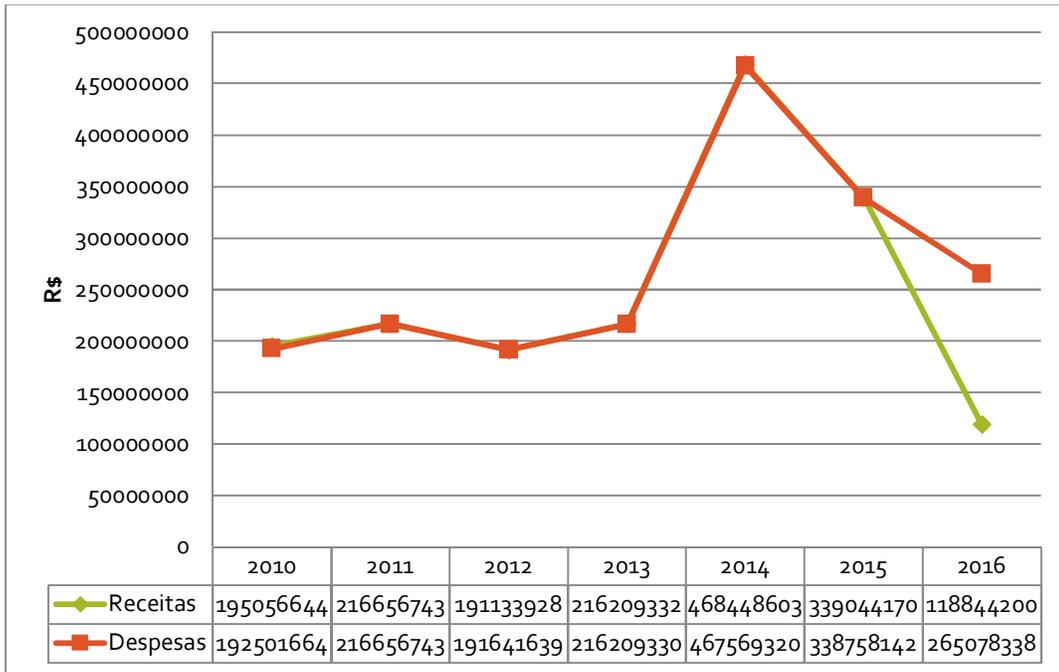
Fonte: TCE/RJ

Figura 21: Balanço de despesas e receitas – Mangaratiba (2010-2016)



Fonte: TCE/RJ

Figura 22: Balanço de despesas e receitas – Paraty (2010-2016)



Fonte: TCE/RJ

Conjuntura Social

A partir da Constituição de 1988 o município passa a ser o ente federativo com uma série de atribuições relacionadas às políticas sociais. A descentralização administrativa, preconizada na Constituição, transferiu para os municípios a responsabilidade de implementar e acompanhar diferentes políticas sociais tais como Educação, Saúde e Assistência Social.

Não obstante, apesar da descentralização de competências e repasse de recursos para a execução das políticas sociais, os municípios enfrentam uma série de desafios para equacionar a oferta de serviços, as demandas, a contratação e capacitação de pessoal e a administração dos recursos arrecadados e repassados pela União.

Neste contexto, no âmbito do projeto Conjuntura Costa Verde, analisa-se algumas das principais características da oferta dos serviços sociais assim como a presença destas políticas nos três municípios da Costa Verde.

IDHM

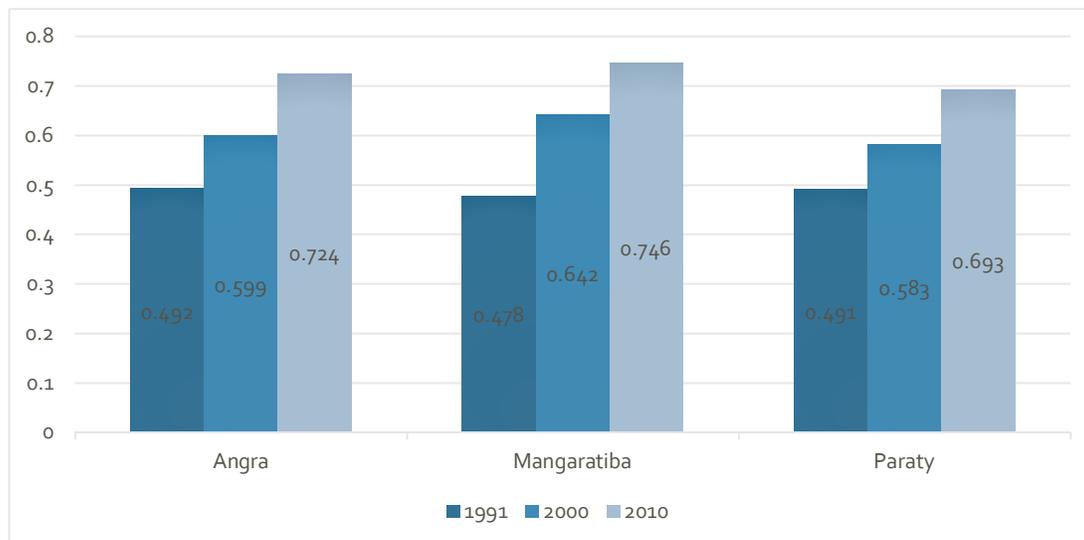
Uma maneira de analisar o desenvolvimento humano de uma nação é calcular o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM. A estatística é composta a partir de dados de expectativa de vida ao nascer, educação e PIB per capita (como indicador do padrão de vida) recolhidos em nível nacional. Cada ano, os países membros da ONU são classificados de a partir dessas medidas. Para um estudo mais detalhado, e passível de aplicação em cada unidade subnacional foi feita uma adaptação e criado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e pela Fundação João Pinheiro (de Minas Gerais). O índice passa por uma série de ajustes para que esteja adaptado à realidade brasileira. O resultado mais recente foi divulgado em 2013, baseado nas informações do Censo 2010, está publicado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (<http://atlasbrasil.org.br/2013/>).

O IDHM varia de zero a um e classifica os resultados em cinco faixas de desenvolvimento: muito baixo (de 0,000 a 0,499), baixo (de 0,500 a 0,599), médio (de 0,600 a 0,699), alto (de 0,700 a 0,799) e muito alto (de 0,800 a 1,000). Portanto, quanto mais próximo de um, maior é o desenvolvimento humano apurado.

Como é possível observar no gráfico a seguir, desde o início da série aqui analisada há uma melhora no IDHM dos municípios da Costa Verde. Angra dos Reis sai de 0,492,

em 1991 - desenvolvimento baixo – e alcança 0,7924 – desenvolvimento alto- em 2000. Mangaratiba segue a mesma tendência sai de 0,478 – desenvolvimento baixo – e chega a 0,746 – desenvolvimento alto – destacando-se como o município com melhor desenvolvimento humano da região. Paraty se mantém um pouco atrás dos outros dois municípios, mas também apresentou crescimento no índice. Saiu de 0,491 – desenvolvimento baixo – e alcançou 0,693 – desenvolvimento médio.

Figura 23: IDHM Costa Verde



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do PNUD

Tabela 2: Rank em relação aos outros municípios do Rio de Janeiro

Município	Posição
Angra dos Reis	31 ^a
Mangaratiba	9 ^a
Paraty	62 ^a

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do PNUD.

Quando observamos em perspectiva comparada, os municípios da Costa Verde aparecem em diferentes posições em relação aos demais municípios do Rio de Janeiro. Mangaratiba desponta entre os 10 melhores posicionados. Angra dos Reis entre os quarenta melhores e Paraty aparece na retaguarda da região.

Educação

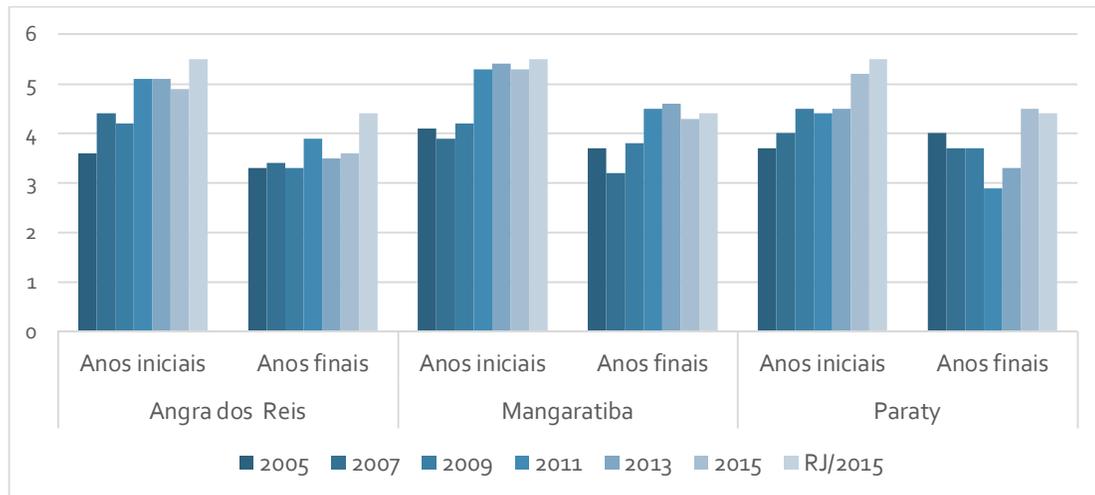
Para discutir educação na região serão apresentados os dados do IDEB para os três municípios para o período de 2005 a 2015, comparando os resultados com os do Estado do RJ.

O Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, foi criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O índice foi “formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino” (<http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>).

O Ideb funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente (<http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>).

Os dados nos indicam que Angra dos Reis apresentou uma melhora no IDEB dos anos iniciais entre 2009 e 2011, mantendo-se relativamente estável entre 2011 e 2015. Contudo está abaixo da média estadual em 2015. Com relação aos anos finais, apesar da melhora entre 2009 e 2011, há uma queda nas abordagens subsequentes e o município está abaixo da média estadual em 2015.

Figura 24: Ideb Rede Municipal



Fonte: Organização própria a partir de dados do Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2015.

Mangaratiba nos anos iniciais apresenta a mesma tendência observada em Angra dos Reis, com aumento significativo entre 2009 e 2011, depois se mantém estável e bem

próximo dos resultados do estado. Nos anos finais apresenta melhora crescente entre 2007 e 2011, permanecendo estável a partir daí e se aproximando bastante dos resultados médios do estado em 2015.

Paraty apresenta melhora, no índice da avaliação dos anos iniciais, entre 2009 e 2011 e um novo crescimento entre 2011 e 2015, contudo, permanece abaixo da média municipal. Quanto aos anos finais o município apresenta um aumento significativo entre 2011 e 2015 superando a média estadual.

Saúde

Para a análise da saúde são considerados os estabelecimentos por município, leitos por município, leitos por habitantes, recursos humanos e médicos por habitante.

Como é possível observar no quadro a seguir, Angra dos Reis concentra a maior infraestrutura em atendimento à saúde na região. Importante considerar que o município é o maior em população o que explica essa concentração. Chama a atenção Paraty, que apesar de ter praticamente a mesma quantidade de habitantes que Mangaratiba, tem metade do número de centros de saúde/ unidades básicas e não possui unidade móvel terrestre.

Tabela 3: Estabelecimentos por tipo e município

Estabelecimentos por tipo	Angra dos Reis	Mangaratiba	Paraty
Central de regulação	2	1	1
Central de regulação médica das urgências	1	1	
Centro de atenção hemoterápica e/ou hematológica	1		
Centro de atenção psicossocial	3	1	1
Centro de saúde/unidade básica de saúde	45	17	8
Clinica especializada/ambulatório especializado	49	3	4
Consultório	241	3	5
Farmácia	2		
Hospital geral	5	1	1
Policlínica	6		
Pronto atendimento	4		
Serviço de atenção domiciliar isolado (home care)	1		
Unidade de atenção à saúde indígena	2		1

Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	22		
Unidade de vigilância em saúde	3	3	1
Unidade móvel pré-hospitalar - urgência/emergência	5	3	1
Unidade móvel fluvial	1		
Unidade móvel terrestre	1	1	

Fonte: TCE/RJ, 2016 a, 2016b, 2016c a partir de dados do DataSus.

Ao observar a quantidade de leitos hospitalares notamos que dos leitos localizados em Mangaratiba e Paraty 100% estão à disposição do SUS, enquanto em Angra dos Reis essa porcentagem varia entre 73 e 100%. Como no caso anterior, Angra apresenta mais leitos, em números absolutos que os demais municípios uma vez que se trata do maior município da região e apresenta melhor infraestrutura.

Tabela 4: Leitos hospitalares nos municípios da Costa Verde

Leitos hospitalares	Angra dos Reis		Mangaratiba		Paraty	
	Quantidade	% disp. SUS	Quantidade	% disp. SUS	Quantidade	% à disp. SUS
Cirúrgico	120	73%	15	100%	12	100%
Clinico	110	93%	27	100%		
Obstétrico	67	76%	6	100%	10	100%
Pediátrico	54	81%	10	100%	5	100%
Outras espec.	10	100%	0	0%	2	100%
Hospital-dia	3	0%	0	0%		

Fonte: TCE/RJ, 2016 a, 2016b, 2016c a partir de dados do DataSus.

Ao considerar a quantidade de habitantes por leitos hospitalares, os três municípios apresentam uma taxa inferior ao recomendado pela OMS, que é de 3 a 5 leitos para cada mil habitantes. Angra dos Reis tem 1,56 leitos para cada mil habitantes, Mangaratiba 0,71 e Paraty 1,43, como podemos constatar no quadro abaixo:

Quando o assunto é recursos humanos, encontramos um cenário semelhante ao da oferta de serviços. Em Mangaratiba, com exceção dos profissionais de fisioterapia, dos quais 7% não atendem pelo SUS, 100% dos recursos estão lotados no SUS. Em Paraty as exceções são, odontologia, pediatria, psiquiatria, psicologia e radiologia. Entre as demais especialidades 100% atendem pelo SUS, como é possível constatar no quadro a seguir. Em Angra há uma variação maior entre profissionais que atendem pelo SUS ou particular.

Tabela 5: Leitos por habitante em cada município

MUNICÍPIO	População (censo 2010)	Leitos Hospitalares	Habitantes Por Leito
Angra dos Reis	188276	294	1,56
Mangaratiba	40779	29	0,71
Paraty	40478	58	1,43

Fonte: TCE/RJ, 2016 a, 2016b, 2016c a partir de dados do DataSus.

Tabela 6: Recursos humanos na área de saúde

Ocupação do profissional	Angra dos Reis		Mangaratiba		Paraty	
	Quant.	% no SUS	Quant.	SUS	Quant.	SUS
Assistente social	45	93%	7	100%	6	100%
Bioquímico/Farmacêutico	25	96%	8	100%	3	100%
Cirurgião geral	33	88%	12	100%	12	100%
Clínico geral	235	89%	84	100%	36	100%
Enfermeiro	273	97%	51	100%	61	100%
Fisioterapeuta	113	50%	29	93%	12	100%
Fonoaudiólogo	40	58%	10	100%	5	100%
Ginecologista/Obstetra	78	60%	16	100%	15	100%
Médico de família	76	100%	12	100%	9	100%
Nutricionista	34	65%	7	100%	9	100%
Odontólogo	245	49%	36	100%	23	74%
Pediatra	121	91%	22	100%	17	94%
Psicólogo	49	71%	25	100%	7	86%
Psiquiatra	9	78%	25	100%	5	80%
Radiologista	45	56%	4	100%	3	67%
Sanitarista	5	100%	3	100%	0	0
Outras especialidades médicas	297	55%	0	0%	26	100%
Outras ocup. de nível superior rel. à saúde	37	65%	44	100%	6	100%

Fonte: TCE/RJ, 2016 a, 2016b, 2016c a partir de dados do DataSus.

Ao analisar a quantidade de médicos por habitantes, a região apresenta um índice superior ao recomendado pela OMS, que é de 1 médico para cada grupo de mil habitantes. Em Angra é 1 médico para cada 346 habitantes. Em Paraty 1 para cada 454 habitantes e Mangaratiba um para cada 279.

No Brasil, a relação média médicos/habitantes é de 1/622 habitantes. Como é possível observar, está muito abaixo do parâmetro recomendado pela OMS, um fato que explica esses dados é grande concentração de médicos ativos verificada nas regiões Sudeste (1/455 hab.), Sul (1/615 hab.) e Centro-Oeste (1/640 hab.), importante

considerar, ainda, o maior número de médicos nas capitais. Somente as regiões Nordeste e Norte estão próximas deste parâmetro, apresentando relação média de 1/1.063 e de 1/1.345 habitantes, respectivamente (http://www.portalmédico.org.br/include/biblioteca_virtual/abertura_escolas_medicina/007.htm). O quadro a seguir apresenta a taxa Angra com 2,50 médicos por cada grupo de mil habitantes, Paraty 2,20 e Mangaratiba 3,58.

Tabela 7: Médicos por habitante em cada município

MUNICÍPIO	População (projeção 2015)	Médicos(todas especialidades)	Médicos por Habitante
Angra dos Reis	188276	543	2,50
Paraty	40478	89	2,20
Mangaratiba	40779	146	3,58

Fonte: TCE/RJ, 2016 a, 2016b, 2016c. a partir de dados do DataSus.

Assistência Social

Para discutir a assistência social, é importante considerar o Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSuas-M; O índice foi instituído pela Lei nº 12.435/2011, e caracteriza-se por ser um instrumento de aferição da qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no âmbito dos municípios, além disto o índice mede o resultado da gestão descentralizada do Suas a partir da atuação do gestor, na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial (TCE/RJ).

O índice varia de 0 (zero) a 1 (um) seu cálculo está disponível no Anexo I da Portaria nº 337/2011, o qual considera o “Índice de Desenvolvimento do Centro de Referência da Assistência Social - ID Cras Médio e a execução financeira do Fundo de Assistência Social do Município”. Quando resulta igual ou superior a 0,2 (dois décimos), o município recebe recursos do IGDSuas, que poderão ser utilizados para as atividades relacionadas à infra-estrutura, capacitação de pessoal, entre outras, porém não é possível “sua utilização para pagamento de servidores públicos (estatutário, celetista e temporário) e gratificações de qualquer natureza” (TCE/RJ).

No ranking do IGD Suas do Rio de Janeiro, Angra dos Reis obteve 0,70, e ficou na 21ª posição. Mangaratiba 0,56 ficando na 57ª e Paraty 0,25 ficando na 87ª.

A gestão municipal do Suas apresenta três níveis de habilitação: inicial, básica e plena. De acordo com o ministério do desenvolvimento social: A habilitação inicial “fica por conta dos municípios que atendam a requisitos mínimos, como a existência e

funcionamento de conselho, fundo e planos municipais de assistência social, além da execução das ações da Proteção Social Básica com recursos próprios”. No caso do nível básico, “o município assume, com autonomia, a gestão da proteção social básica”. Já no nível pleno, “ele passa à gestão total das ações socioassistenciais” (Ministério do Desenvolvimento Social, <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/gestao-do-suas>).

Dentre os municípios da Costa Verde, Angra e Paraty apresentam a gestão básica, enquanto Mangaratiba a Gestão Plena, como é possível observar no quadro a seguir.

Tabela 8: Principais características do sistema de assistência social do município

	Angra dos Reis	Mangaratiba	Paraty
Tipo de gestão do sistema	Básica	Plena	Básica
Porte do município	Grande porte	Pequeno porte	Pequeno porte
Quantidade de <u>Cras</u> 7	7	6	2
Quantidades de <u>Creas</u> 1	1	1	1

Fonte: TCE/RJ, 2016 a, 2016b, 2016c.

De acordo com o TCE/ RJ, Angra dos Reis possui 17.864 famílias ou indivíduos cadastrados como destinatários dos serviços dos Centros de Referência de Assistência Social. Mangaratiba possui 1.216 famílias ou indivíduos cadastrados e Paraty possui 1.707 famílias ou indivíduos cadastrados (TCE/RJ).

Ao analisar a rede de assistência social o TCE/RJ aponta os problemas encontrados em cada um dos municípios. O quadro a seguir apresenta os problemas encontrados em Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty. Como é possível observar ainda há vários desafios a serem enfrentados pelos municípios para a gestão do Suas. Mesmo Mangaratiba que tem a gestão plena enfrenta dificuldades como infraestrutura, acessibilidade, falta de equipamentos e mobiliários, monitoramento das ações, entre outros.

Tabela 9: Problemas encontrados pelo TCE-RJ nas unidades

	Angra dos Reis	Mangaratiba	Paraty
Planejamento e monitoramento das ações e serviços de assistência social			
Planejamento municipal em assistência social inadequado			
Inexistência de planejamento municipal em assistência social			
Monitoramento inadequado das ações <u>socioassistenciais</u>			
Infraestrutura e <u>funcionamento</u> das unidades de proteção social básica e especializada (<u>Cras</u> e <u>Creas</u>)			
<u>Cras</u> sem os ambientes mínimos definidos pelo MDS			
<u>Cras</u> sem as condições mínimas de acessibilidade exigidas			
<u>Creas</u> sem as condições mínimas de acessibilidade exigidas			
<u>Cras</u> com problemas estruturais ou de má conservação			
<u>Creas</u> com problemas estruturais ou de má conservação			
<u>Cras</u> sem os equipamentos, tecnologias e mobiliários mínimos definidos pelo MDS			
<u>Creas</u> sem os equipamentos, tecnologias e mobiliários mínimos definidos pelo MDS			
<u>Cras</u> compartilhado em desacordo com os padrões definidos pelo MDS			
Atendimento em assist. soc. fora dos padrões definidos pela normatização			
Equipes de proteção social			
Admissão irregular de equipe de proteção social básica			
Admissão irregular de equipe de proteção social especial			
Composição irregular de equipes de proteção social básica			
Composição irregular de equipes de proteção social especial			
Processo de trabalho dos <u>Cras</u>			
Não realização de <u>ativid.</u> essenciais ao funcionamento dos <u>Cras</u>			
Não realização de atividades essenciais do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – <u>Paif</u>			
Entidades e organizações de assistência social			
Habilitação irregular de entidade e/ou organização de assist. soc.			
Vínculo irregular de entidade e/ou organização de assistência social com a administração pública.			
Destinação indevida de recursos públicos a entidade e/ou organização de assistência social.			

Fonte: TCE/RJ, 2016 a, 2016b, 2016c.

Habitação e Mobilidade da População

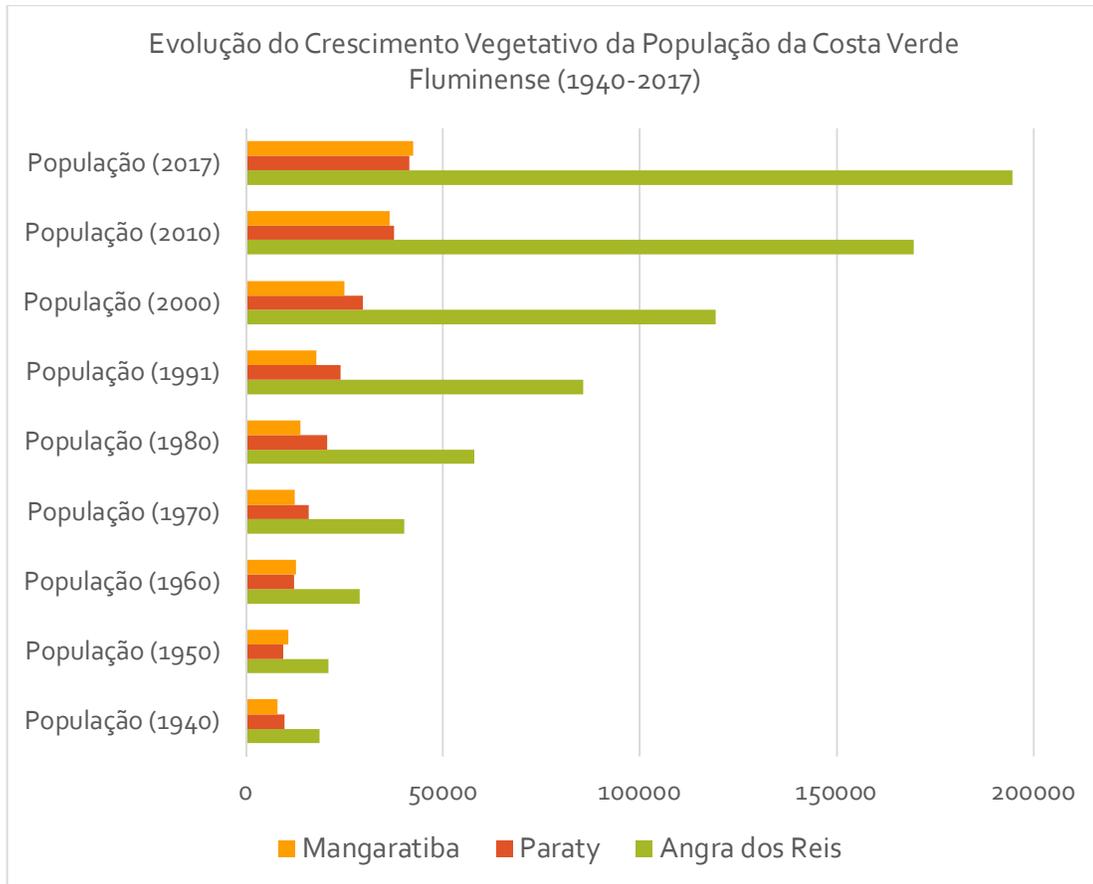
Alguns aspectos da infraestrutura urbana podem ser tratados dentro de uma discussão mais abrangente sobre a conjuntura regional, visto que reproduzem modelos similares de desenvolvimento ao longo da história da ocupação territorial dos municípios que compõem a Costa Verde Fluminense. De modo bastante geral, pode-se afirmar que há condicionantes geográficos que conduziram a organização espacial da ocupação, influenciando diretamente a localização das habitações e a circulação da população ao longo dos últimos anos. Sem dúvida, a atuação dos agentes públicos para dirimir tais condicionantes é significativa, tendo em conta o incremento populacional nos últimos quarenta anos. No entanto, as medidas implementadas por agentes extralocais tiveram impacto direto sobre a orientação das políticas públicas e as atuações da população frente às questões colocadas pela deficiente implantação da infraestrutura urbana.

Situação geográfica e urbanização

As características do sítio urbano das sedes municipais e de seus principais bairros atuam como elementos limitadores da ocupação urbana. A complexa morfologia, composta por maciços costeiros de difícil ocupação, parcas planícies formadas pela deposição de material aluvial e marinho, algumas centenas de ilhas e abundante reserva de Mata Atlântica, é ainda um fator para a distribuição populacional. Soma-se a isso o fato de que significativa parcela dos territórios municipais se encontrarem em áreas protegidas por legislação federal, estadual e municipal. Além dos fatores físico-naturais, as regulações quanto à ocupação do solo e os processos legais e ilegais de ocupação e regularização das terras afetam diretamente o quadro de profunda desigualdade quanto ao acesso e distribuição dos loteamentos.

As dificuldades para a ocupação do território se agravam ao se ter em perspectiva o processo de crescimento regional recente. Fortemente influenciada pela metrópole carioca, a região tem crescido a partir das demandas constituídas em outras escalas. A sua situação geográfica está diretamente dependente da relação que mantém com a metrópole do Rio de Janeiro e, em parte, com a metrópole paulistana. O principal eixo de articulação, a rodovia BR-101, tende a concentrar grande parte dos fluxos regionais, articulando, sobretudo, os municípios vizinhos à capital fluminense.

Figura 25: Crescimento vegetativo na Costa Verde

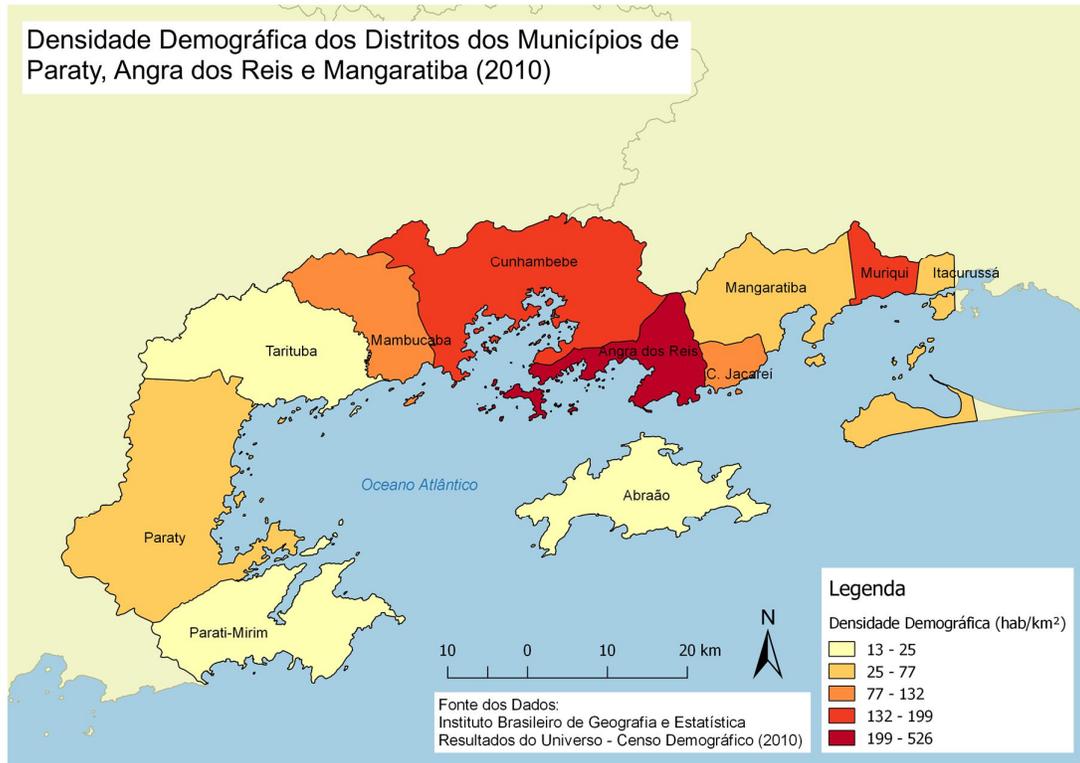


Fonte: IBGE, 2016.

Dois setores são particularmente importantes para a configuração regional atual e sua articulação com os centros metropolitanos. O primeiro pode ser identificado pela presença de indústrias ligadas ao setor energético e naval e parte de sua cadeia produtiva. A entrada de tais agentes e suas imponentes estruturas causou um grande fluxo de trabalhadores, reorganizando a ocupação do território dos municípios e intensificando as demandas sobre as municipalidades, especialmente a partir dos anos 1950, junto com a construção da rodovia BR-101 e a aceleração dos fluxos inter-regionais. O segundo setor que teve acelerado crescimento a partir da década de 1970 foi o turismo, auxiliado pela implementação do Projeto Turis e incentivado regionalmente pela promoção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O modelo de turismo vinculado aos resorts e áreas de lazer exclusivas para a elite das metrópoles nacionais do Rio de Janeiro e São Paulo se beneficiou dos arrendamentos e grilagens dos anos anteriores e ocupou a face litorânea da BR-101, construindo diversos enclaves ao longo da costa verde fluminense. Os dois setores construíram porções fechadas e voltadas para contextos

externos à dinâmica tradicional da região, desenvolvendo conflitos com a população local ao longo dos últimos quarenta anos.

Figura 26: Densidade demográfica dos distritos municipais

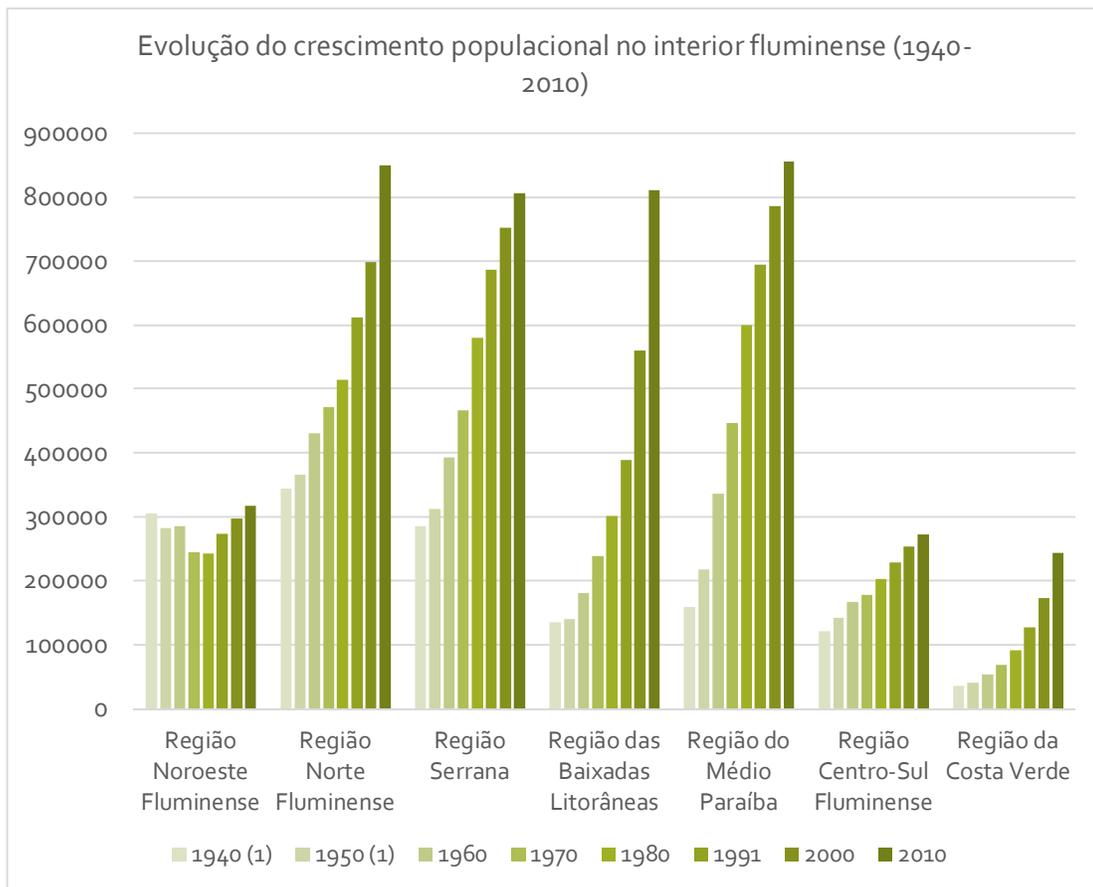


O espraiamento da metrópole carioca pode ser nitidamente observado pelo crescimento vegetativo da população na região da Costa Verde desde os anos 1940. Tal incremento é ainda mais significativo se se tiver em conta as médias para a nação e para o estado do Rio de Janeiro. Sem dúvida, a estratégia locacional do setor produtivo nacional afetou a demanda por habitações e infraestrutura. As estratégias também acabaram “empurrando” a população de trabalhadores para os lotes lindeiros, nas periferias dos centros comerciais de cada município, em áreas de encostas, de difícil acesso e pouca viabilidade técnica para a consecução de obras públicas. Além do crescimento da população permanente da região, a influência do turismo e seu caráter sazonal são particularmente importantes, visto que aceleram a demanda por mecanismos básicos de infraestrutura: fornecimento de energia, água e meios de deslocamento.

Os aspectos discutidos acima sustentam a ideia de que a região se organiza territorialmente na forma de um arquipélago urbano, com aglomerações urbanas dispersas, intercaladas por enclaves territoriais turísticos e industriais. Os pequenos núcleos urbanos, os quais são formados por bairros de trabalhadores, tendem a se articular funcionalmente aos enclaves, que operam como bancos de empregos para a

população. De forma desagregada, afirma-se a centralidade de Angra dos Reis, pela diversidade de serviços para a sua população, atraindo os fluxos regionais dos municípios com menor população, como Paraty e Mangaratiba. Áreas de grande densidade populacional se concentram no entorno das sedes municipais, especialmente em Angra dos Reis, ocupando boa parte dos morros e colinas circundantes. A posição marginal da maioria da população de trabalhadores nos três municípios é o retrato da desordenada ocupação territorial, causada pelas razões da natureza e pelas razões da sociedade faladas acima.

Figura 27: Crescimento populacional comparado



Fonte: IBGE, 2016.

Para a análise da conjuntura atual da habitação teve-se em conta os fatores arrolados acima e suas implicações diretas e indiretas sobre três dimensões centrais: a situação do domicílio, a situação do entorno dos domicílios e a situação dos habitantes. Os dados recuperados são aqueles coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Censo de 2010, posteriormente debatidos com a população e o poder público em seminário ocorrido em outubro de 2016 em Angra dos Reis.

Um ponto importante a ser ressaltado é a predominância do município de Angra dos Reis, tanto em relação ao tamanho de sua população, quanto ao número de domicílios. O município sozinho concentra cerca de 70% da população e dos domicílios localizados na região.

Tabela 10: Total de domicílios por município (2010)

Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo - Características da População e dos Domicílios	Angra dos Reis	Mangaratiba	Paraty
Domicílios particulares permanentes	53.452	11.788	11.460
Domicílios particulares permanentes - tipo - Casa	48.946	10.392	10.177
Domicílios particulares permanentes - tipo - Casa de vila ou em condomínio	2.068	495	974
Domicílios particulares permanentes - tipo - Apartamento	2.146	739	181
Domicílios particulares permanentes - tipo - Habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco	234	162	111
Domicílios particulares permanentes - tipo - Oca ou maloca	58	0	17

Fonte: IBGE, 2016.

Um dos primeiros resultados é característico da situação e do papel na rede de localidades centrais dos municípios da região. A verticalização é ainda um processo pouco desenvolvido, constando o fato de que cerca de 95% dos domicílios serem em casas particulares. Dado que pode ser observado em todos os municípios que compõem a região.

Habitação e infraestrutura

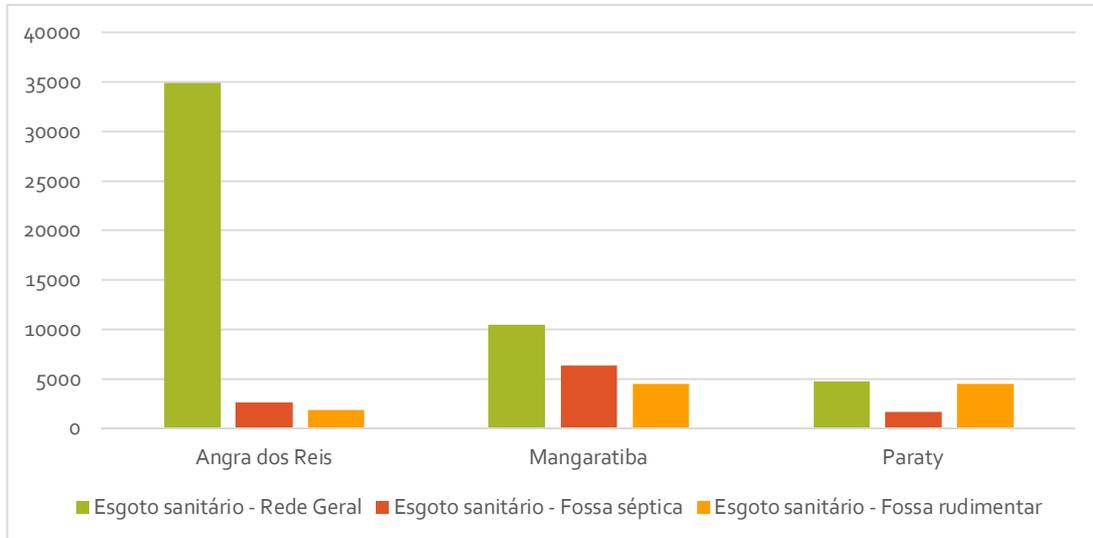
Em relação às chamadas "dívidas do século XX", os dados do Censo apresentaram resultados surpreendentes, tanto para os pesquisadores, quanto para os membros da população e do poder público da região, visto que não pareciam representar "a realidade" dos municípios. Segundo os dados do Censo para 2010, 98% do lixo produzido pelos domicílios era coletado, bem como 99% das residências possuía energia elétrica.

Os dados, no entanto, pareciam retratar uma situação bem menos comum em relação àquela observada nos logradouros dos municípios. De certo modo, deve-se ponderar que nos últimos anos as municipalidades têm buscado alternativas para a coleta de lixo, em parcerias público-privadas, e encontrado na atuação conjunta com a União, soluções para o fornecimento de energia elétrica. A efetivação de tais medidas pode indicar que os dados não estão "camuflando" a realidade, mas indicando um processo em afirmação.

O ponto que possui maior representatividade se relaciona ao acesso à rede geral de esgoto, ainda pouco acima dos 50% para o total da população da região.

Especialmente em Paraty e Mangaratiba o acesso ainda se faz bastante restrito, na ordem de 20% para todos os domicílios. O acesso à rede geral de esgotos é ainda um desafio para os municípios da região, especialmente quando se tem a dimensão dos custos de instalação e de manutenção de equipamentos em uma região com os problemas físicos e estruturais ligados à ocupação da população: trechos de vales, colinas escarpadas, lotes lindeiros etc.

Figura 28: Esgotamento sanitário nos municípios



Fonte: IBGE, 2016.

Quanto à percepção da população em relação às situações do entorno das habitações houve uma ainda maior surpresa por parte dos presentes no seminário. Poucos daqueles entrevistados pelo Censo de 2010 relataram a presença de esgoto à céu aberto (5%), a presença de lixo acumulado nos logradouros públicos (3%), a falta de iluminação pública (5%), e a falta de pavimentação das ruas (10%).

O que recebeu maior atenção, no entanto, foi a percepção da população em relação aos seus espaços públicos, sendo particularmente significativa a queixa sobre a falta de guias para as calçadas (27%), a ausência de calçadas (50%), a pouca arborização (70%), e a ausência quase total de rampas em calçadas (98%).

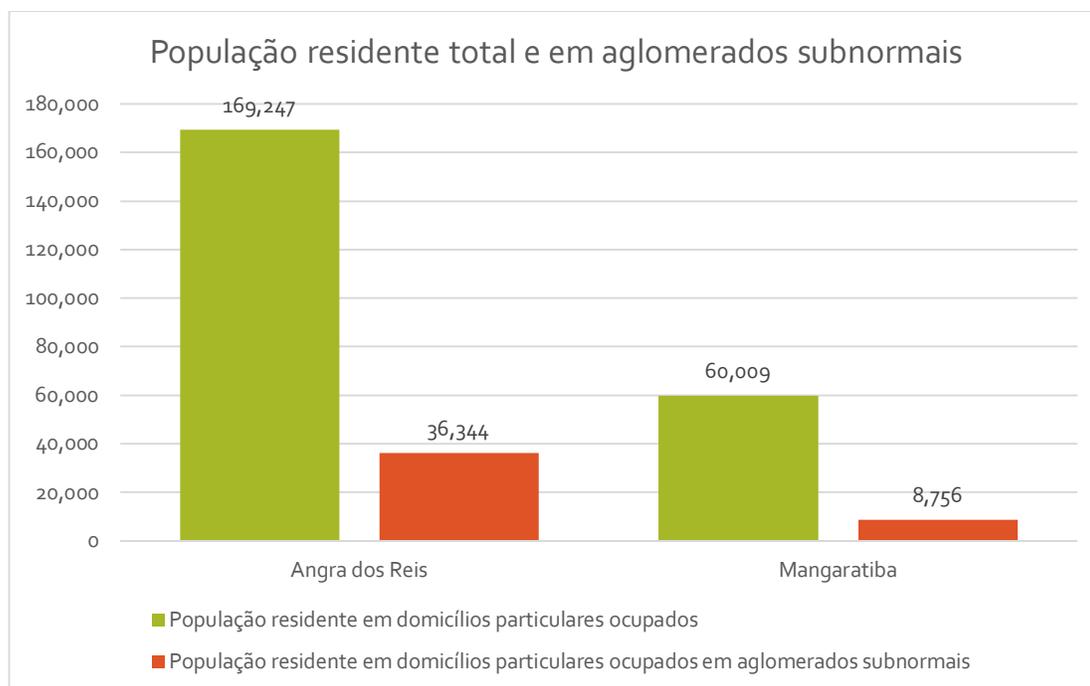
Não se pode extrair ainda significativas conclusões sobre o tema, mas há uma indicação de que a situação ambiental do entorno dos domicílios tem sido um entrave para o exercício da cidadania cotidiana, impondo uma sociabilidade bastante restrita à população. Aparentemente há um nítido privilégio do vetor rodoviário frente às práticas de pedestrianismo, agravado pela centralidade da praia como espaço de lazer para a população e seu vínculo ao setor turístico, algo que parece reproduzir a lógica desenvolvimentista em vigor desde os anos 1950 no país.

Tabela 11: Características do entorno dos domicílios

Censo Demográfico (2010) - Características do entorno dos domicílios	Angra dos Reis	(%)	Paraty	(%)	Mangaratiba	(%)
Domicílios RGE com presença de iluminação pública (2010)	41679	95%	6739	93%	5935	99%
Domicílios RGE com presença de arborização (2010)	11429	26%	2307	32%	2795	46%
Domicílios RGE com presença de pavimentação (2010)	38969	89%	6344	87%	5731	95%
Domicílios RGE com presença de meio-fio ou guia (2010)	30562	69%	5096	70%	5588	93%
Domicílios RGE com presença de calçada (2010)	19147	43%	4153	57%	4777	79%
Domicílios RGE com presença de rampa para cadeirante (2010)	255	1%	80	1%	31	1%
Domicílios RGE com presença de lixo nos logradouros (2010)	1471	3%	202	3%	141	2%
Domicílios RGE com presença de esgoto a céu aberto (2010)	2484	6%	87	1%	371	6%
Domicílios conectados à rede geral de esgoto - RGE (2010) - Total	44023	100%	7264	100%	6015	100%

Fonte: IBGE, 2016.

Figura 29: Aglomerados subnormais em Angra dos Reis e Mangaratiba



* Não há dados registrados para Paraty no ano de 2010.

Fonte: IBGE, 2016.

A demanda pelos serviços de infraestrutura urbana também tendeu a subir com o crescimento da população, o qual teve um período de aceleração a partir dos anos 1970. A questão colocada pelos participantes do seminário de conjuntura era como as municipalidades poderiam agir para conter os problemas causados pelo incremento de quase 200 mil habitantes em pouco mais de quarenta anos? A população dos municípios, somente no período pós-redemocratização mais do que duplicou, tendo o caso emblemático de Angra dos Reis, onde mais de 85 mil pessoas passaram a habitar desde 1990.

Duas dificuldades decorrem daí: como providenciar infraestrutura básica para uma população que duplica a cada 20 anos? Ao mesmo tempo, como garantir abastecimento de água, energia elétrica e saneamento em municípios que são afetados pela sazonalidade do turismo? A solução parece ser ainda menos simples quando se considera que a população dos municípios possui, em sua maioria (78%), uma renda média domiciliar inferior a cinco salários mínimos (R\$ 510,00 em 2010), e uma limitada capacidade de prover meios adequados de habitação. Nesta condição vivem um terço da população de Angra dos Reis e um quarto da população de Mangaratiba, os quais se mantêm em aglomerados subnormais e ainda pior qualidade no acesso aos serviços públicos.

Um fator agravante é que a localização das habitações situadas em aglomerados subnormais tende a ser aquela caracterizada pelo improvisado, a autoconstrução e a falta de projeto de instalação em morros, margens de ferrovias e rodovias e ao longo das planícies inundáveis de rios. Como fatores de risco, tais localizações agravam a possibilidade de deslizamentos, alagamentos e assoreamentos. Por outro lado, colocam a população em uma posição de extremo perigo quando da ocorrência de desastres associados às características morfoclimáticas regionais, como os eventos ocorridos no final do ano de 2010.

Isto se transforma em um dilema para os habitantes da chamada “demanda não-solvável”, ou seja, aqueles que não podem pagar os custos do mercado imobiliário formal e que, em razão disso, se situam em uma camada irregular de mercado de imóveis. Este circuito inferior de terras urbanas sustenta a ocupação permanente de áreas de risco, promovendo ou reforçando as demandas para os agentes públicos. Como alternativa, o apoio do Estado na realocação residencial da população, a partir de programas como o “Minha Casa, Minha Vida”, podem minorar a situação, reduzindo a pressão populacional sobre as áreas mais gravemente afetadas pela ocupação humana.

Mobilidade da população

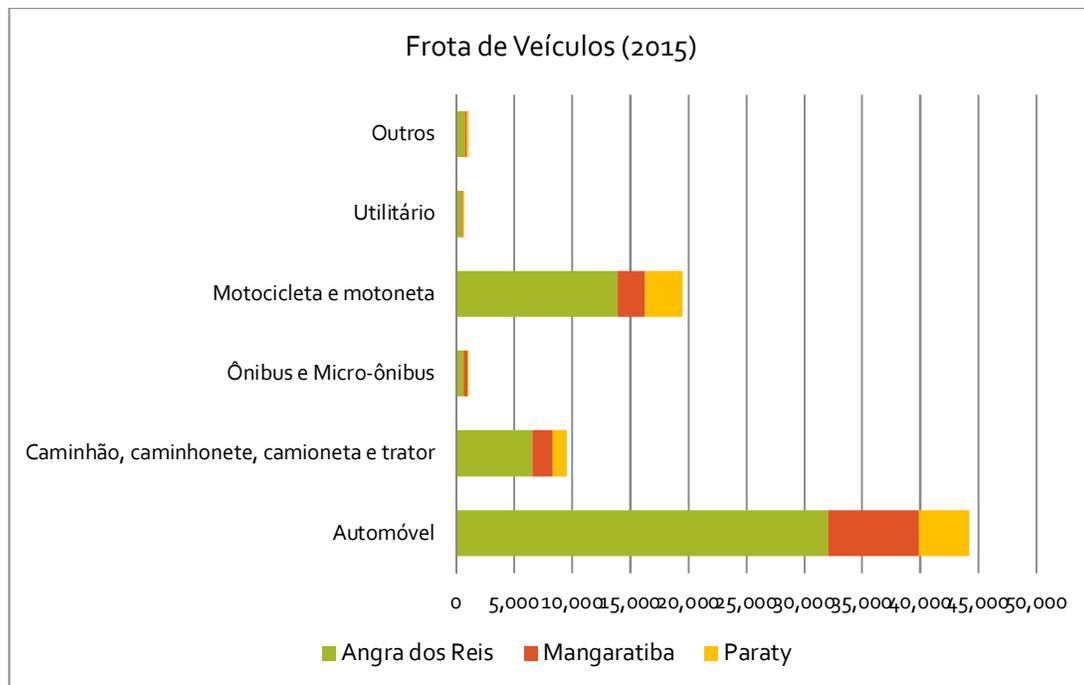
Os problemas relacionados à habitação da população têm implicação sobre a sua mobilidade cotidiana. O crescimento da população exige que a articulação de novas áreas seja realizada, aumentando os tempos e os custos do transporte, reorganizando os sistemas e ampliando os modos.

O aumento das frotas, em consequência, exige a ampliação das rodovias e das alternativas de trajetórias, gerando, por sua vez, demandas por asfaltamento e

regulação de rotas. Acrescenta-se a isso a necessidade de realocação da população, o que amplia a malha urbana em direção às áreas periféricas dos municípios, e as dificuldades já enfrentadas pela população quanto à acessibilidade aos espaços públicos, criando outras demandas quanto ao uso de tais espaços pelos pedestres.

São inúmeros os desdobramentos que aparecem a partir de tal situação problemática. Nitidamente se apresenta o caso dos deslocamentos entre casa e trabalho, majoritários para a análise regional, concentrando em boa medida quase todos os modos de circulação nos e entre os municípios. Para este tipo de deslocamento, 60% da população leva não mais do que trinta minutos para se mover entre os dois pontos, o que tende a ser uma expressão das características locais de proximidade da população com seus locais de trabalho. Ainda assim é significativo perceber que mais de seis mil trabalhadores façam deslocamentos diários entre os municípios da região e mesmo para outros municípios diariamente. O caso de Mangaratiba é ainda mais emblemático, já que quase 20% da população de trabalhadores têm seus postos de trabalho em outros municípios.

Figura 30: Frota de veículos da Costa Verde Fluminense



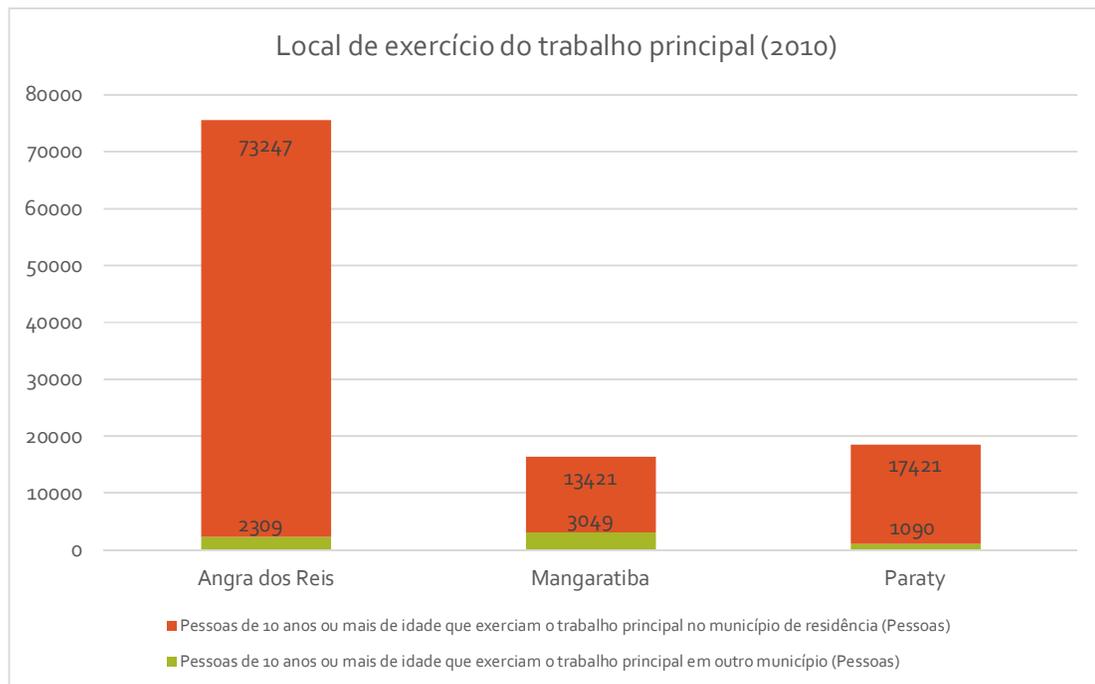
Fonte: IBGE, 2016.

Quanto aos modos, há três importantes desdobramentos. Em primeiro lugar, o crescimento da frota de veículos particulares, especialmente de motocicletas, demonstra que há por parte da população a busca por alternativas de transporte em um contexto local caracterizado pela predominância da rodovia na articulação regional. Em segundo lugar, a alternativa do transporte marítimo ainda aparece

timidamente nos dados coletados, sendo vinculada ainda majoritariamente às atividades turísticas e de pesca. Por fim, o uso de bicicletas aparece como um vetor fundamental nas palavras dos cidadãos, especialmente no que se trata do uso cotidiano, mesmo nas distâncias maiores, ao longo da rodovia federal.

O quadro panorâmico sobre a mobilidade e a habitação da população da região exibe alguns sintomas de uma ocupação territorial caracterizada pelas dificuldades impostas pelo cenário físico-natural, acentuadas gravemente pela desigual orientação do mercado de terras e de serviços para a população de classe média-alta. A retomada de políticas voltadas à população de baixa renda, a demanda não-solvável, a partir dos anos 1990 tenta mitigar as consequências de um processo acelerado de precarização de suas condições de existência. Este quadro precisa ser relativizado a outros contextos, bem como articulado a outros temas, como a dinâmica econômica, o trabalho, a educação, a violência e a saúde. Outros dois pontos parecem ser chaves interpretativas fundamentais: o fato de que há poucas áreas habitáveis, forte segregação socioespacial e riscos da ocupação em áreas de encostas e margens de rios; e a influência da metrópole no adensamento urbano e crescimento acelerado da população.

Figura 31: Trabalho e deslocamento nos municípios da região

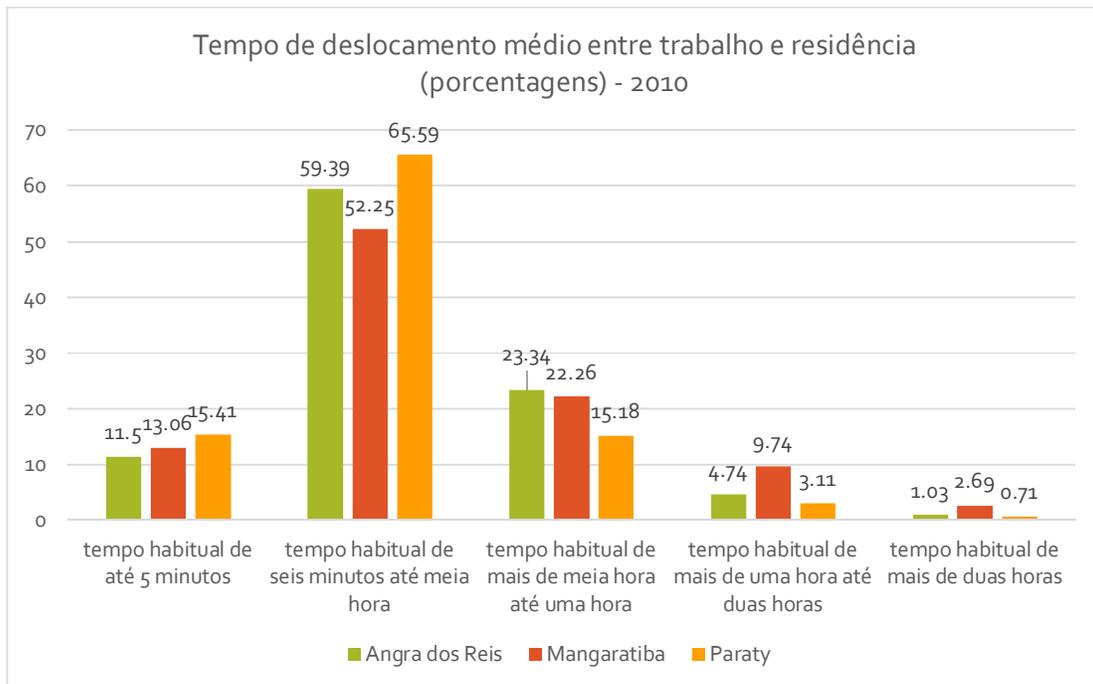


Fonte: IBGE, 2016.

Com isso, os caminhos pensados em cooperação com a coletividade se abrem para novas reflexões quanto às situações de habitabilidade dos domicílios, seus entornos e a capacidade de a população se locomover nestes cenários. Neste contexto, se nota a

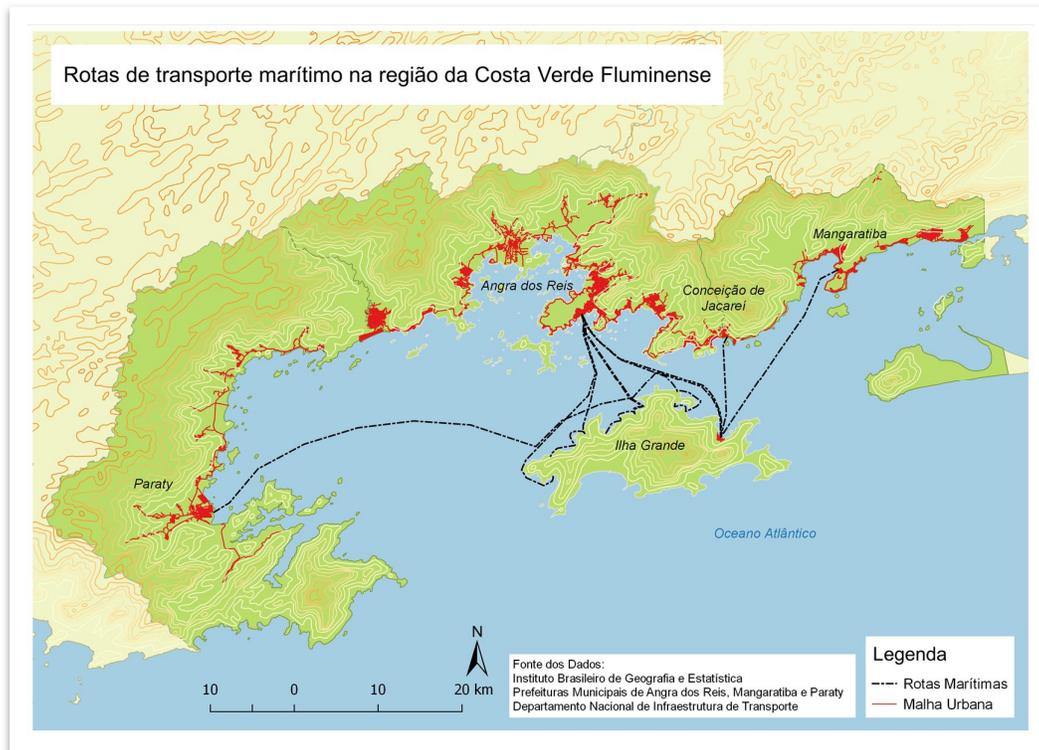
necessidade de colocar em perspectiva crítica o uso dos dados oficiais, buscando sua leitura a partir da dimensão perceptiva dos agentes que se debruçam sobre tais temas diariamente. Esse caminho exige rever alguns procedimentos para incorporar as demandas por infraestrutura urbana, habitação para a população de renda inferior à cinco salários mínimos, segurança frente aos riscos socioambientais, reurbanização dos espaços públicos e reorganização dos sistemas de transporte municipais e regionais.

Figura 32: Tempo de deslocamento da população



Fonte: IBGE, 2016.

Figura 33: Transporte marítimo na região da Costa Verde



Prevenção da Violência

Há pelo menos trinta anos, o tema segurança pública parece ter se estabelecido na agenda política brasileira, como um desafio de solução, sabidamente, complexa.

O período pós-ditadura militar é um momento histórico de dramatização da violência urbana, sobretudo nos grandes centros urbanos.

Se até os anos 1970, o crime se apresentava como uma excepcionalidade da vida social, sendo, sobretudo os “crimes em série” e os assassinatos motivados por “paixão” os alvos de atenção da mídia e da opinião pública, no período de redemocratização observamos a emergência de modalidades criminais que trariam novo tratamento ao fenômeno da violência: ações de grupos de extermínio, sequestros, assaltos a bancos e tráfico de drogas, passavam, agora, a compor o repertório das rotinas policiais e judiciárias, sobretudo nas metrópoles.

Dois posicionamentos predominaram diante desse cenário. Por um lado, alas mais inclinadas às orientações de esquerda, compreendiam que apenas as mudanças macroestruturais, como combate da pobreza extrema e redução das desigualdades pudessem contribuir para a redução da violência. Por outro turno, havia os que apostavam que um aumento do potencial repressivo e punitivo pudesse se apresentar como uma resposta eficaz ao problema. Demanda-se por leis mais duras, penas mais longas e radicais, aumento do efetivo policial e do poder de fogo das polícias.

A divisão das ações entre esses dois campos de percepção da violência urbana, negligenciou, amplamente, medidas focais de caráter imediato, bem como políticas de prevenção que pudessem apresentar resultados a médio e longo prazo. O resultado disso foi um crescimento significativo da violência (inclusive e mais impactantemente, a letal) no Brasil, haja vista, que em 1980 a taxa de mortalidade de jovens por armas de fogo era da ordem de 12 por 100.000 hab., saltando para a cifra de 47 por 100.000 hab. (ou seja, quase o quádruplo) em 2012.

Mudanças no campo da segurança pública começam a ser percebidas nos anos 1990, particularmente, com a iniciativa do governo Federal em integrar ações de âmbito nacional a iniciativas preventivas de nível local.

Conforme sugerem Vilobaldo Carvalho e Maria do Rosario Silva (2011), a elaboração do Programa Nacional de Direitos Humanos, assim como a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e a instituição do Fundo Nacional de Segurança Pública, o engrenamento de políticas a elas caudatárias, como o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e a aspiração da edificação

de um Sistema Integrado de Segurança Pública (SUSP), ambos orientados para uma configuração mais integrada entre os assuntos de segurança e as políticas com alta afinidade para atenção a grupos vulneráveis (políticas de assistência, de habitação, saúde, educação, etc.) denotariam o prelúdio de novas estratégias de ação.

Tais estratégias teriam como um de seus baluartes o protagonismo (ou maior protagonismo) das municipalidades nos assuntos de segurança. É importante perceber a coerência dessas estratégias, apesar da sua aplicabilidade limitada. Os números da criminalidade violenta no Brasil, indicam um claro deslocamento das ocorrências para cidades do interior e para o eixo Norte-Nordeste. Como apontam os dados do Mapa da Violência – em suas edições recentes – cidades que, até a virada do século, viam a violência como um elemento exótico, típico das metrópoles, hoje, a percebem como fato cotidiano, vivido em toda sua dramaticidade. Há causas elencáveis: (a) a capilarização da violência em municípios de fronteira, referenciais nos processos de contrabando de drogas e armas; (b) crimes políticos (pistolagem) praticados em pontos específicos da Região Norte-Nordeste e em cidades limítrofes de Regiões Metropolitanas (casos como o do Município de Magé e na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, são observados); (c) conflitos agrários entre comunidades tradicionais e garimpeiros no Arco Amazônico e (d) confrontos entre produtores e traficantes de maconha no chamado “polígono da maconha”, no sertão de Pernambuco; (e) disseminação da ação de traficantes em municípios economicamente frágeis e/ou com crescimento populacional acelerado e não planejado e (f) disseminação de modalidades nocivas de turismo, como o de apelo sexual e predatório.

A região Costa Verde, guardadas as especificidades de cada um dos municípios que a compõem (Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty), apresenta-se como estratégica para políticas de apoio à atividade industrial, dentro de uma lógica desenvolvimentista, a partir dos anos 1960/70. Tais processos foram acompanhados pelo crescimento populacional nos três municípios. O incremento da população, contudo, apresenta-se condicionado a oscilações da disponibilização de vagas no mercado de trabalho, provocadas, sobretudo, pelas variações de setores estratégicos como a construção naval e o turismo.

A ideia de “crescimento” e “modernização”, nessas cidades, antes orientadas pela produção de gêneros agrícolas e pela exploração de sua exuberância natural, é acompanhada pela percepção de moradores e gestores públicos acerca do crescimento da violência urbana. Segundo dados levantados pela equipe de pesquisa¹, a sensação de insegurança estaria profundamente marcada pela ação de traficantes de drogas em comunidades locais e, outrossim, pela associação dessa ação com o processo de ocupação das favelas da capital pela Polícia Militar, no contexto de instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), em 2008.

1 Cabe informar que a pesquisa que subsidia a sistematização dos dados apresentados está relacionado ao Edital UFF de Bolsas de Inovação. Nesse caso, os dados fizeram parte de um exercício de sistematização de indicadores criminais do Projeto *Mapeamento dos Mecanismos Institucionais e Atores Estratégicos nas Políticas de Segurança Pública e Prevenção à Violência na Região Costa Verde*.

Destarte, a partir dos resultados preliminares obtidos com o Projeto de Inovação, a equipe de pesquisa procurou subsidiar o *Projeto Conjuntura Costa Verde II* com dados relativos a incidência da criminalidade violenta nos três municípios, tendo como perspectiva a comportamento dos números antes e pós-UPPs.

Indicadores de criminalidade violenta

Iniciemos situando a região em comparação com o estado do Rio de Janeiro no tocante às taxas médias de mortes por arma de fogo por 100.000 habitantes. Podemos observar que em 2002 (portanto, antes da instalação das UPPs) a taxa de Angra dos Reis já superava a da capital e que a de Parati era bem próxima a esta. Por outro turno, no período de 12 anos, observamos que a tendência de Angra acompanha a capital numa escalada decrescente contínua, ao passo que Mangaratiba apresenta tendência diametralmente oposta e que Parati nos anos 2012-2014 apresenta os números mais críticos da série histórica.

Figura 34: Taxa média de óbitos e homicídios por AF/100Mil

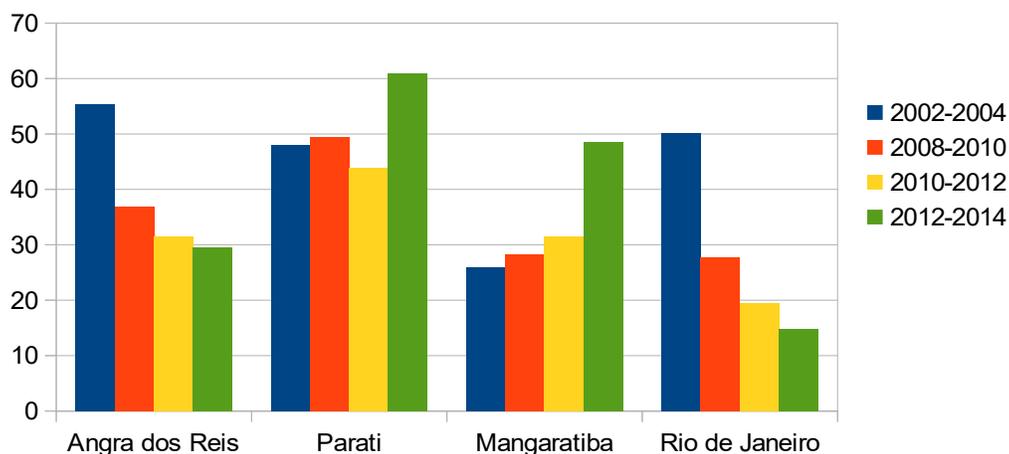


Tabela 12: Ranking nacional de mortes por AF

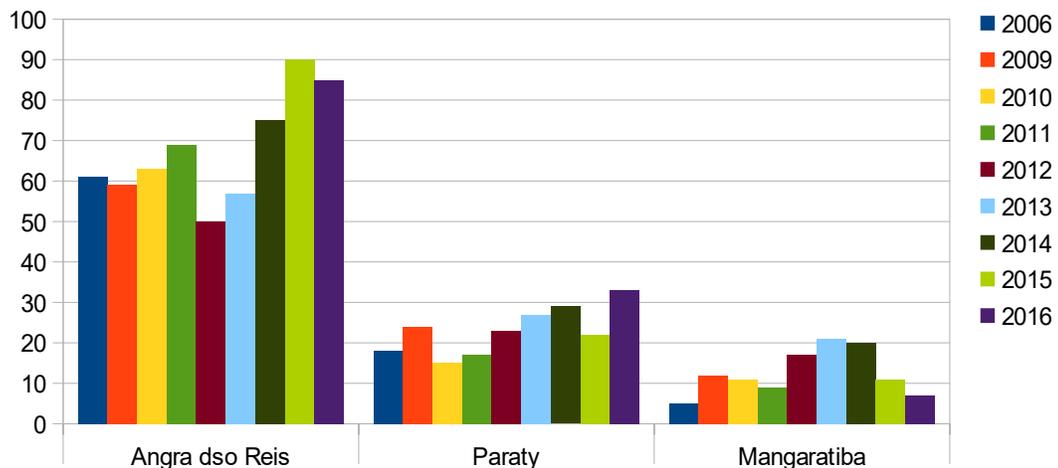
Ranking nacional de morte por AF		
Região	2002-2004	2012-2014
Angra dos Reis	45	402
Parati	81	48
Mangaratiba	387	111
Rio de Janeiro	70	969

No Quadro 01, referente ao ranking nacional de mortes por arma de fogo, observamos que Angra e Rio ficam mais distantes da zona crítica, ao passo que Mangaratiba e Parati se aproximam dos líderes do ranking.

Dados abordados na pesquisa e recursos metodológicos

Para efeitos deste relatório trataremos apenas dos dados que procuram responder a uma pergunta recalcitrante nas entrevistas realizadas com atores estratégicos e gestores públicos da rede de proteção social. Até que ponto as UPPs afetaram a dinâmica criminal da região? Neste sentido, trataremos de indicadores relacionados ao principal objeto de intervenção das UPPs: a diminuição do número de homicídios, sobretudo de jovens, ocasionados por confrontos relacionados ao tráfico varejista de drogas. Destarte, trataremos dos números relacionados aos crimes de homicídio doloso, tentativa de homicídio, lesão corporal dolosa, ameaça e das rotinas de apreensão de drogas e de adolescentes.

Figura 35: Homicídios dolosos (2006-2016) – números absolutos



Os dados indicam que, tomando o ano de 2006 como um referencial de ausência das UPPs e o ano de 2009 como primeiro ano de vigência dessa “política de segurança”, tanto Angra como Paraty tiveram no período pós-UPPs registros vezes superiores, vezes inferiores àqueles observados em 2006. Apenas Mangaratiba opera com números absolutos sempre superiores aos de 2006 em toda a série histórica. Há de se notar que nos três casos há maior condensação de casos a partir do ano de 2012.

Em relação aos casos de tentativas de homicídio há uma tendência similar ao caso anterior, destacando-se a tendência descendente no município de Angra dos Reis entre os anos de 2009 e 2013, bruscamente substituída por um crescimento acentuado nos últimos anos da série. Todavia, nos três casos é possível observar um crescimento no volume dos casos a partir de 2012.

Figura 36: Tentativas de homicídio (2006-2016) – números absolutos

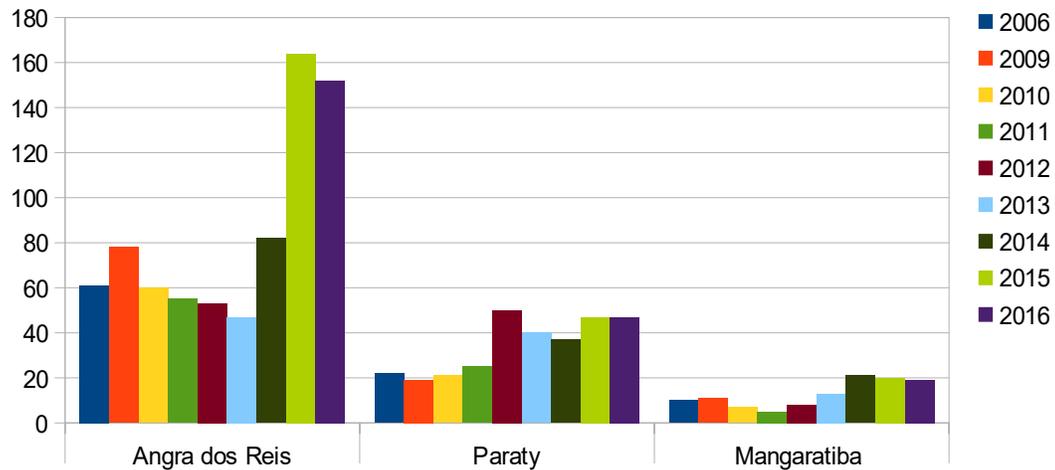
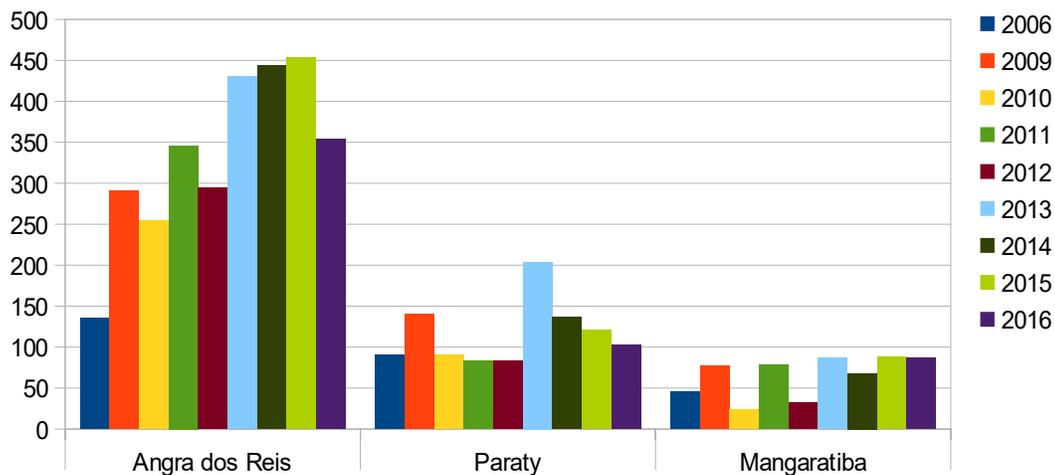
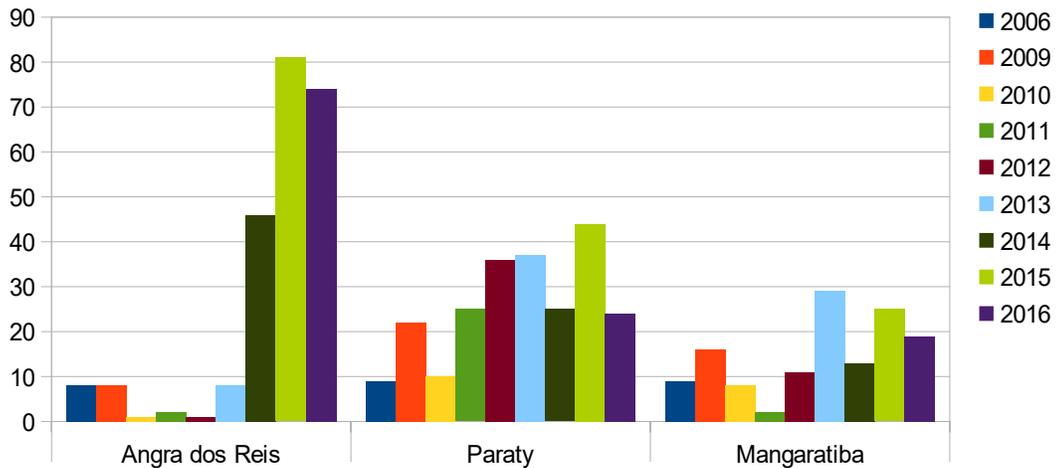


Figura 37: Apreensões de drogas (2006-2016) – números absolutos



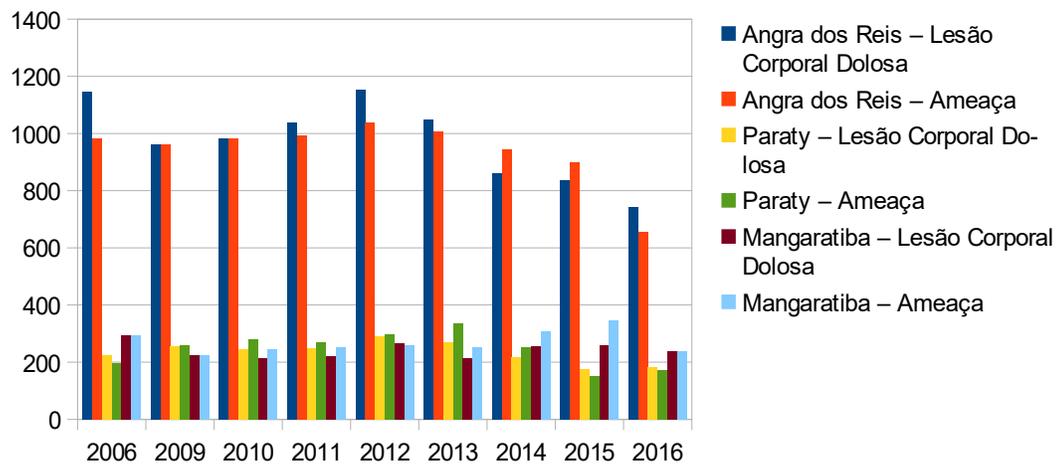
Nos casos de apreensões de entorpecentes a tendência de crescimento de ocorrências, a partir de 2012, continua perceptível, nos três casos. Destaca-se, porém, uma tendência, no caso de Paraty, ao retorno aos patamares iniciais, tendo em vista que os números registrados em 2006 (91) e 2016 (103) são relativamente próximos.

Figura 38: Apreensões de adolescentes (2006-2016) – números absolutos



Nos casos de apreensões de adolescentes o que chama a atenção é o crescimento vertiginoso de registros em Angra dos Reis a partir dos anos de 2012-2013. Tendo em vista que o aumento no volume de casos cresce quase quatro em um ano e oito vezes em dois anos, há de se investigar alguma mudança no padrão de registro nas Delegacias, ou ainda, na ação da polícia. De toda sorte, o padrão de avolumamento de ocorrências pós-2012 se mantém.

Figura 39: Lesões corporais dolosas e ameaças (2006-2016) – números absolutos



Já nos crimes mais afeitos ao ambiente doméstico e aos conflitos entre conhecidos, há uma tendência inversa, no caso de Angra dos Reis. Observamos uma tendência de diminuição durante a série histórica. Em Paraty e Mangaratiba há perceptível há uma

oscilação mais branda durante a série histórica, de tal sorte que os patamares iniciais e finais não apresentam significativa discrepância.

Já nos crimes mais afeitos ao ambiente doméstico e aos conflitos entre conhecidos, há uma tendência inversa, no caso de Angra dos Reis. Observamos uma tendência de diminuição durante a série histórica. Em Parati e Mangaratiba há perceptível há uma oscilação mais branda durante a série histórica, de tal sorte que os patamares iniciais e finais não apresentam significativa discrepância.

Tendências observadas

Em primeiro lugar é difícil observar, categoricamente, a partir dos dados levantados um crescimento exponencial da criminalidade violenta na Região Costa Verde nos anos que seguem à instalação das UPPs. Todavia, é preciso ser cuidadoso ao colocar a questão. A partir da pesquisa qualitativa realizada no município de Angra dos Reis – tendo como base entrevistas com gestores da rede de proteção social e análise de casos de violência divulgados na imprensa – é possível identificar a associação do crescimento da violência em algumas comunidades específicas com a participação de criminosos migrados de favelas ocupadas por UPPs. Entretanto, esse fenômeno pode estar mais relacionado à dinâmica de alianças e rupturas entre facções criminosas na disputa por territórios estratégicos para refino e comercialização de drogas que à pressão provocada pela nova modalidade de policiamento da capital. Somente a análise dilatada da série histórica das taxas de determinadas modalidades de crime poderá elucidar mais claramente a questão.

Em segundo plano, cabe um estudo mais minucioso sobre as dinâmicas de policiamento/registro e sobre a dinâmica dos criminosos a partir do ano de 2012. Coincidentemente (ou não), o volume de crimes de homicídio, tentativa de homicídio tornam-se mais expressivos a partir desse ano, assim como o volume de apreensões de drogas e de adolescentes.

Por fim, os crimes de lesão corporal dolosa e ameaça, apresentam comportamento destoante aos já citados. No caso de Angra há uma diminuição significativa dos registros nas duas modalidades e nos demais municípios as oscilações são tímidas ao longo da série histórica.

Meio Ambiente e Resíduos Sólidos

Identificação e diagnóstico dos resíduos sólidos nas Praias Grande e da Biscaia (Angra dos Reis - RJ) no verão de 2017.

A degradação ambiental é um problema crescente que vem fragilizando ecossistemas há séculos desde os primórdios da humanidade (Dib-Ferreira, 2005). Melo, Fonseca & Baptista Neto (2006) discutem que um dos ambientes mais vulneráveis à degradação é o ambiente costeiro por apresentar a maior complexidade dentre todos os ambientes da Terra. O ambiente praial vem sofrendo potencialmente com o aumento da produção de resíduos sólidos, pois está na interface do continente com o oceano e a poluição se mostra cada vez mais ocorrente nestes sistemas (Baptista Neto & Fonseca, 2011; Tucci *et al.*, 2001).

Esta pesquisa teve como objetivos realizar um exame qualitativo da quantidade e características composicionais dos resíduos sólidos presentes nas Praias Grande e da Biscaia. Identificar os fatores influenciadores na distribuição dos resíduos sólidos é essencial, pois se sabe que estes fatores fazem com que determinadas categorias concentrem mais resíduos na praia em detrimento de outras, avaliando os problemas que os resíduos podem causar aos frequentadores, turistas e aos organismos marinhos. As referidas praias estão localizadas na parte continental do município de Angra dos Reis, que por sua vez tem em sua economia, o setor de serviços, especificamente o Turismo como importante atividade econômica. Embora esta pesquisa ainda esteja no início, pretende-se expandir este monitoramento para outras praias e também para ambientes praias de Paraty e Costa Verde (Figura x).

O litoral de Angra dos Reis é frequentado por uma grande quantidade de turistas, que principalmente na alta estação (verão), contribuindo para o acúmulo de resíduos sobre a areia da praia. Os resíduos oferecem riscos para os banhistas e compromete a qualidade ambiental da região, uma vez que esses materiais podem causar problemas devido à proliferação de animais transmissores de doenças, poluição visual, risco a saúde dos frequentadores (matérias tóxicas, inflamáveis, cortante, etc.). Diante do exposto, este projeto se propõe analisar a composição e distribuição dos resíduos nas praias de Biscaia e Grande, assim como compreender o impacto socioambiental ao longo das áreas estudadas. Desta forma, é necessário caracterizar, mensurar e classificar o material encontrado na faixa de areia destas praias de Angra dos Reis. Neste estudo, o trabalho foi realizado no verão de 2017. Esta estação consiste no período mais problemático do ano, devido ao intenso fluxo de turistas nos ambientes praias da região da Costa Verde, sendo fundamental enumerar a partilha do material residual.

Figura 40: Localização das áreas de estudo na cidade de Angra dos Reis



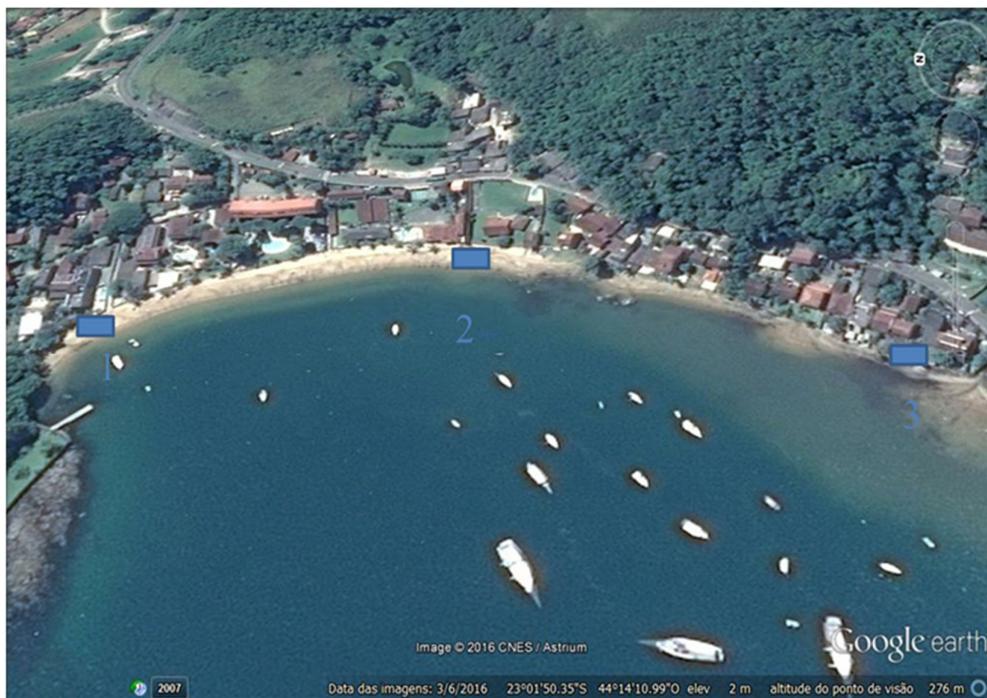
Foram realizados monitoramentos através de caminhadas pela linha de costa ao longo das Praias Grande e da Biscaia no verão de 2017. Os pontos foram divididos em ponto 1, localizado na porção oeste da praia, ponto 2, localizado no meio de arco praial e ponto 3, localizado na porção leste da praia (Figura x e x). Foi preenchida uma ficha com informações sobre a composição dos resíduos em cada ponto, dividindo-o em categorias. A quantidade de resíduos seguiu um padrão estabelecido para este trabalho: o plástico, por se tratar de uma fonte de poluição muito comum e facilmente encontrada, foi classificado em pouco, quando encontrado em quantidades inferiores a 10, e em muito quando encontrado em quantidades iguais ou superiores a 10. Em relação aos outros materiais, foram classificados em pouco quando encontrado em quantidades inferiores a 4, e em muito quando encontrado em quantidades iguais ou superiores a 4. Em cada um dos 3 locais de monitoramento ao longo das praias foram selecionadas áreas sobre o pós-praia com dimensões de 20 x 50 metros para a identificação, quantificação e descrição dos resíduos.

Na Praia Grande, o transecto 1 mostrou maiores quantidades de resíduos: 264 itens, seguido por 207 itens e 190 dos itens nos perfis 2 e 3 respectivamente. A partir da análise dos dados obtidos na Praia Grande, percebeu-se que, ao longo dos três transectos, observa-se a predominância de resíduos plásticos. O monitoramento realizado na Praia de Biscaia apresentou uma menor quantidade de resíduos em relação à Praia Grande. Esse fator pode ser justificado pelo menor número de turistas, pois Biscaia é uma praia distante e com acesso mais restrito, quando comparada com a Praia Grande. Nessa última praia, o transecto 1 apresentou maiores quantidades de resíduos, 214 itens totais, seguido por 156 itens totais e 123 itens totais nos perfis 2 e 3 respectivamente.

Figura 41: Localização dos pontos de análise ao longo da Praia Grande

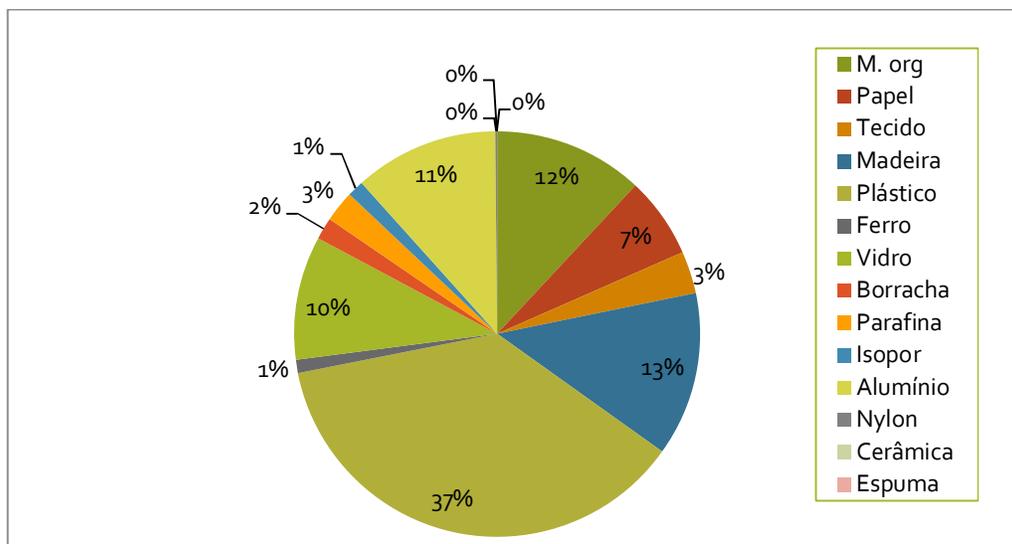


Figura 42: Localização dos pontos de análise ao longo da Biscaia



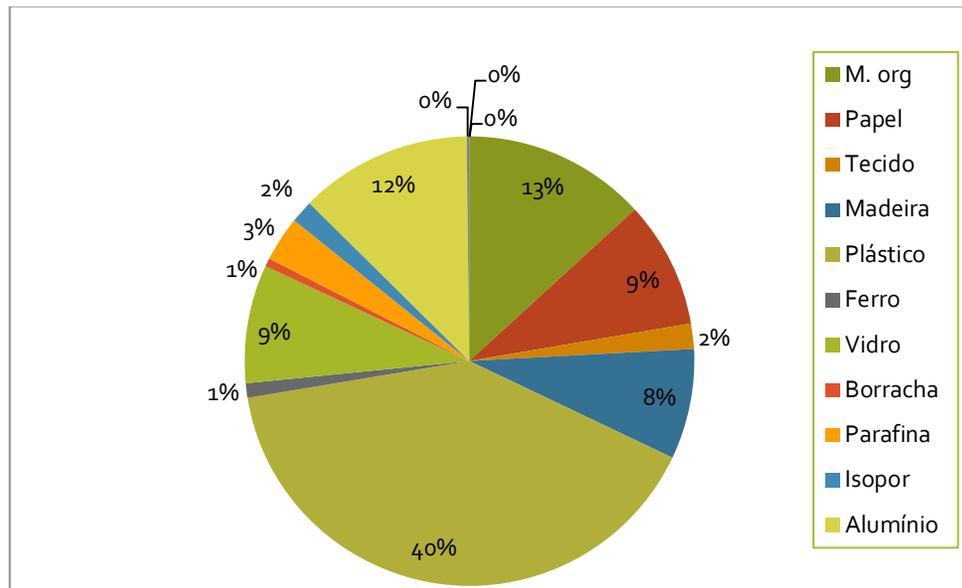
Os dados obtidos mostraram também a predominância de resíduos plásticos. No transecto 1, havia 95 itens de plásticos, 35 de madeira, 32 de alumínio e 16 de matéria orgânica. No transecto 2, se registrou 80 unidades de plástico, 28 de madeira e 22 de alumínio. Por fim, transecto 3 com 77 unidades de plástico, 38 de alumínio e 15 de madeira (O plástico foi o item que mais predominou ao longo de todos os transectos na Praia Grande (37%) seguido por resíduos de madeira (13%) e alumínio (11%) (Figura x). Através da análise dos dados obtidos, percebe-se que, ao longo dos três transectos, predominam resíduos plásticos, seguidos de madeira e de alumínio.

Figura 43: Localização dos pontos de análise ao longo da Praia Grande



O monitoramento realizado na Praia de Biscaia apresentou uma menor quantidade de resíduos em relação à Praia Grande, embora a proporção de plástico tenha sido ligeiramente maior em relação à Praia Grande. Como já foi dito, há um menor número de turistas, pelo fato de ser uma praia distante e com o acesso mais restrito. Na Praia de Biscaia, o plástico foi o item mais predominante ao longo dos três transectos. O plástico mostrou uma proporção de (40%), seguido por matéria orgânica (13 %), alumínio (12 %) e resíduos de madeira (8%) (Figura x). A análise dos dados no verão na Praia de Biscaia mostra que, ao longo dos três transectos, observa-se a predominância de resíduos plásticos. No transecto 1, registrou-se 88 unidades de plástico, 32 de matéria orgânica e 26 de alumínio, seguido por 63 unidades de plástico, 12 de madeira e 20 de alumínio no transecto 2, e 48 unidades de plástico, 19 de matéria orgânica, 15 de alumínio e 9 de madeira no transecto 3. Pela análise dos perfis na Praia Grande e Praia de Biscaia constata-se a maior quantidade de resíduos nos primeiros transectos e a diminuição gradativa do transecto 2 para o transecto 3, nos dois períodos monitorados ao longo do verão.

Figura 44: Localização dos pontos de análise ao longo da Biscaia



É importante ressaltar que o plástico mostrou uma soma maior que 10 unidades ao longo de todos os transectos (1,2 e 3) na Praia Grande e da Biscaia, corroborando a hipótese da existência de poluição por este resíduo nas duas praias estudadas ao longo do verão de 2017. Embora seja perceptível a presença de resíduos que são emitidos nessas praias pela contribuição das correntes litorâneas, observa-se que a baixa hidrodinâmica não é capaz de proporcionar um processo de poluição tão intenso como em áreas que possuem praias de mar aberto. A significativa quantidade de resíduos como plástico, material orgânico e alumínio evidenciam um processo de poluição proporcionado pelos frequentadores da Praia Grande e da Praia de Biscaia. Os processos de poluição existentes pela emissão desses resíduos são confirmados, quando se constata o recente estado de conservação dos resíduos que indicam um descarte realizado em um curto período de tempo. De acordo com o padrão de quantidade de resíduos estabelecido para este trabalho, grande parte dos resíduos quantificados nas praias estudadas se apresentaram acima dos limites de concentrações permitidos.

Os resultados deste trabalho mostram que a origem dos resíduos acumulados ao longo da Praia Grande e Praia de Biscaia são predominantemente terrestres. A má utilização da praia por pelos frequentadores é fator que contribui para o incremento da quantidade de resíduos ao descartarem os resíduos diretamente no local, como identificado ao longo do estudo e qualitativamente constatado pela alta presença de plástico e resíduo orgânico. Uma melhor solução para a problemática do acúmulo de resíduos sólidos na área de estudo deve ser associada às práticas de educação ambiental, destacando não só a poluição direta realizada pelos frequentadores das praias estudadas, mas também em toda a cidade de Angra dos Reis, já que o sistema pluvial em uma área abundante em chuvas provavelmente destina os resíduos para os cursos d'água que os levam até a praia. A destinação correta do lixo produzido na

cidade consiste em um fator crucial para a diminuição do volume de lixo encontrado nas praias. Sistemas de coleta seletiva e reciclagem demonstram serem iniciativas que permitem a diminuição de rejeitos ao ambiente. O monitoramento de pontos de descarte de resíduos ao longo da Praia Grande e Praia de Biscaia também se apresentam como importantes ferramentas para tomada de medidas preventivas em locais mais específicos que deveriam ser realizadas pelo órgão ambiental na cidade.

Referências

- ARAÚJO, T. B. Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro. Heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.
- BAPTISTA NETO, J. A. B; FONSECA, E. M. 2011. Variação sazonal, espacial e composicional de lixo ao longo das praias da margem oriental da Baía de Guanabara (Rio de Janeiro) no período de 1999-2008. Revista da Gestão Costeira Integrada. v.11, p. 31-3.
- BRANDÃO, C. Território & desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o local e o global. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.
- CANO, I. 'OS DONOS DO MORRO': UMA AVALIAÇÃO EXPLORATÓRIA DO IMPACTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA (UPPs) NO RIO DE JANEIRO. (CANO, I. Org.). LAV/UERJ, 2012.
- DIB-FERREIRA, D.R. As Diversas Visões do Lixo: Percepção Técnica do Homem e da Mídia. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. 160 f. 2005.
- KON, A. Planejamento no Brasil II. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- MDS- <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/gestao-do-suas>, acesso em agosto de 2017
- MEC- <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>, acesso em agosto de 2017.
- MELO, G.V; FONSECA, E.M; BAPTISTA NETO, J.A. Impactos do Processo de Urbanização da Sobre a Baía de Guanabara (RJ). In: Silva, C.A; Freire, D.G; Oliveira, F.J.G. (org) Metrópole: governo, sociedade e território. Dp&a, Rio de Janeiro.: 369-386. 2006.
- MISSE, MICHEL. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Revista Civitas. V3. N.08, 2008. (DISPONÍVEL EM PDF)
- MUNIC - Pesquisa de Informações básicas municipais. Brasília: IBGE, 2016.
- NASCIMENTO, E.P. Violência e Segurança Pública no Brasil e na América Latina. Violência Urbana – eixo da conjuntura social brasileira no final do século XX. In. ZAVERUCHA, J; ROSÁRIO, M; BARROS, N. Políticas de Segurança Pública: dimensão da formação e impactos sociais. Recife: Massangana, 2002.
- OLIVEIRA, J. A. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. RAP, n. 40, v.1, p. 273-288, Mar./Abr. 2006.

Portal Médico -

http://www.portalmedico.org.br/include/biblioteca_virtual/abertura_escolas_medici na/007.htm

REZENDE, F. Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução. Brasília: CEPAL/IPEA, 2010.

SEN, A. K. O desenvolvimento como expansão das capacidades. Lua nova, n. 28/29, p. 313 – 333, 1993.

SEN, A. K. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, M. L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In. Revista Território, n. 3, p. 13 – 36, Jul./Dez., 1997.

SOUZA, M. L. As escalas do planejamento e da gestão das cidades. In. _____ Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 103-113.

SOUZA, M. L.; RODRIGUES, G. B. Planejamento conservador no Brasil. In. _____ Planejamento urbano e ativismos sociais. São Paulo: Unesp, 2004, p. 36-59.

TCE/RJ. Estudos socioeconômicos municipal – Angra dos Reis, 2016 a.

TCE/RJ. Estudos socioeconômicos municipal – Mangaratiba, 2016 b.

TCE/RJ. Estudos socioeconômicos municipal – Paraty, 2016 c.

THEIS, I. M.; GALVÃO, A. C. As formulações políticas e as concepções de espaço, território e região. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, v. 14, n. 2, Nov. 2012.

TUCCI, Carlos E. M.. 2008. Estudos Avançados. Águas Urbanas. Rio de Janeiro. v.22, Nº 63, p.97-.112. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n63/v22n63a07>. Acesso em janeiro 2017.

VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: Planejamento e territórios: ensaios sobre a desigualdade. Cadernos IPPUR/UFRJ, ano XVI, v.1, p. 13-32, Jan./Jul. 2002.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In. ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Petrópolis, 2000, p. 75-103.

ZALUAR, ALBA. Condomínio do Diabo: as classes populares urbanas e a lógica do “ferro” e do “fumo”. In: Paulo C. Pinheiro (org.) Crime, Violência e Poder. Editora Brasiliense, 1983.